

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 092

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 26 DE JUNHO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i>	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i>	<i>Moysés Leônidas</i>

Representação Partidária

PFL - 09: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 09: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Antonio Baratter - Pastor Edson Praczyk (licenciado) - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PPS: 02 - Marcos Isfer - Cezar Silvestri; PSC - 01: Miltinho Pupio.

Gabinete da Presidência:

DESPACHO

I - Luiz Fernando Fedeger, devidamente qualificado por procurador constituído, requer “*cópia autenticada da cópia das fitas em poder da CPI, que trata das escutas telefônicas, bem como daquelas que encontram-se em poder de seu presidente deputado Tony Garcia*”, para instruir denúncia contra o senhor governador Jaime Lerner.

II - A disciplinação normativa das comissões, órgãos fracionários do Poder Legislativo, foi elevada à dignidade de matéria constitucional pela Magna Carta de 1988 (artigos 58 e §§).

Na esfera de sua competência, delineada em linhas gerais pela Constituição Federal, e discriminada pelo Regimento Interno de cada Câmara Legislativa da Federação, as comissões gozam de autonomia funcional. O Regimento Interno desta Assembléia Legislativa, no artigo 41, organiza as comissões, dotando-as de presidente e vice-presidente, eleitos por seus membros. Em virtude de configurarem-se como órgãos plurais, suas decisões são necessariamente tomadas por maioria de votos, em consonância com a lei interna desta Casa.

III - Inexiste hierarquia de autoridade entre o Presidente, a Mesa e as Comissões: cada qual recebe seu elenco de atribuições taxativamente enumeradas no Regimento Interno. Segue-se daí que, enquanto órgãos fracionários do Poder Legislativo, Presidência, Mesa e Comissões gozam de mútua e recíproca autonomia.

Ante essa estrutura organizacional do Poder Legislativo, a sua Presidência evidentemente carece de competência regimental para interferir na economia interna de qualquer de suas comissões, permanentes ou especiais, ainda que para requisitar documentos de interesse do Poder. No devido tempo, elas encaminham seus pareceres anexos, a quem dê direito.

IV - Relativamente ao Deputado, ocorre situação análoga. Todos os integrantes da Assembléia Legislativa titularizam mandato de iguais prerrogativas. São partes entre si, sem exceção. Vale dizer: justapõem-se, em perfeita igualdade de posições. Membros de Instituição de natureza colegial, colocam-se no mesmo plano juspoltico, investidos de idênticos direitos e deveres. Submetem-se apenas às Constituições, às leis e ao Regimento Interno.

O retratado *status*, horizontalmente isonômico, ostentado pelos deputados, expõe a insuprível carência de autoridade institucional do presidente da Assembléia Legislativa, para lhes determinar a prática de qualquer espécie de ato ou forma de conduta, de ação ou omissão, bem como, no caso, de entrega de documento ou bem pessoal a quem quer que seja, muito menos para satisfazer pedido de terceiros estranhos ao Colegiado.

V - E porque assim é, o atendimento ao requerido está absolutamente fora do alcance desta Presidência,

designada equivocadamente pelo requerente como apta a satisfazer seu inviável desiderato, seja em face da “CPI de que trata da escuta telefônica”, seja em relação ao nobre deputado Tony Garcia.

VI - Por tais razões, indefiro o pedido.

VII - À DL. Publique-se e archive-se.

Curitiba, 18 de junho de 2001.

(a) Deputado HERMAS BRANDÃO
Presidente

DESPACHO

Mozarte de Quadros, advogado inscrito na OAB/PR/9856, requer cópia das peças contidas na denúncia protocolada sob o nº RG 4191/01, sendo denunciado o Excelentíssimo senhor governador Jaime Lerner.

Declara o requerente que pretende com, elas, instruir representação contra este presidente, ao amparo da Lei nº 4898/65, argüindo suposto abuso de autoridade, consubstanciado no despacho, que proferi naquele processado, cujo indeferimento, ao ver do requerente, decorrerá da falta de reconhecimento da firma aposta na procuração a ele outorgada por Luiz Fernando Fedeger.

I - Desde logo, convém esclarecer que o despacho referenciado apontou, como insuficiente a instrução da denúncia unicamente pela falta de reconhecimento da firma do denunciante, cidadão Luiz Fernando Fedeger. Tal exigência se estampa, expressa e claramente, no texto do artigo 76 da Lei 1079/50, *verbis*:

“Art. 76 - A denúncia, assinada pelo denunciante e com a firma reconhecida, deve ser...”

O cidadão Luiz Fernando Fedeger subscreveu a peça acusatória de acordo, aliás, com o preconizado pela norma legal acima reproduzida, figurando assim como denunciante. Logo, falecia (e falece) a este presidente o poder supra-legal de dispensar formalidade estabelecida na citada lei de regência da espécie.

Observe-se que, propositadamente, tomei o cuidado de consignar essa particularidade, idônea ela mesma a dispensar a interferência de procurador, naquela fase do procedimento. Portanto, sequer existe menção ao instrumento de mandato outorgado ao ora requerente, anexada à petição em causa, muito menos aos seus aspectos extrínsecos.

De fato, os artigos 75 e 76 da Lei nº 1079/50 legitimam, pessoalmente, o cidadão (“todo cidadão”) como denunciante. Na personificação da denúncia é que reside a razão de ser da autenticação notarial da respectiva firma.

Esta exegese da Lei nº 1079/50 tem por si o precedente da histórica denúncia contra o Presidente Collor de Mello, “*apresentada por dois cidadãos*”, conforme são identificados os denunciante nos relatórios do MS nº 21564 - DF, impetrados pelo acusado perante o STF (RTJ 169/45). Note-se: *dois cidadãos*, embora um deles tenha sido o Presidente nacional da OAB, no ato despido de sua condição de advogado. Os advogados do ex-Presidente

Collor de Mello só passaram a intervir diretamente no feito público, na qualidade de defensores, após a abertura do processo de julgamento no âmbito do Senado Federal. Não se tem notícia da admissão de assistente da acusação, que seria o caso aqui versado.

Em abono desse entendimento, o próprio requerente traz valiosos subsídios extraídos do Código de Processo Civil - artigo 38, e do Estatuto da Advocacia - § 2º do artigo 5º. Na verdade, esses preceitos legais só credenciam o procurador *ad juditia* a atuar nos quadrantes do Poder Judiciário, onde a lei declarou desnecessária o reconhecimento da firma do outorgante. Tem-se por óbvio, contudo, que a Lei nº 1079/50, ademais de não versar questão forense, disciplina procedimento de natureza político-administrativa, de competência exclusiva das Câmaras Legislativas.

II - Estribado nestes esclarecimentos, defiro o pedido.

III - À DL. Atenda-se. Arquive-se.

Curitiba, 18 de junho de 2001.

(a) Deputado HERMAS BRANDÃO
Presidente

DESPACHO

I - Luiz Fernando Fedeger, devidamente qualificado, através de procurador constituído, insatisfeito com o teor do despacho, por mim exarado na denúncia por ele proposta contra o Excelentíssimo senhor governador Jaime Lerner (protocolo nº 4991/2001) requer a sua reforma, seja de parte desta Presidência (reconsideração), ou pela Mesa, ou pela Comissão Executiva, ou pela Comissão de Constituição e Justiça ou, finalmente, pelo Plenário deste Poder Legislativo.

II - Alega o recorrente que, tendo sido representado por advogado, estaria dispensado de proceder ao reconhecimento de sua firma, lançada na respectiva petição, conforme preconiza o artigo 76 da Lei nº 1079/50. E, como o advogado, também signatário daquele petitório, não está compreendido na regra do artigo 76 da Lei nº 1079/50, o despacho recorrido, ao reputar imprescindível a autenticação notarial da assinatura do denunciante, teria violado o Estatuto da Advocacia e os Códigos de Processo Civil e Penal.

III - Outrossim, insurge-se o recorrente contra a demonstrada falta de atribuição legal e constitucional desta Assembléia Legislativa, para requisitar as provas, que indicou, sem antes se dirigir às fontes onde se encontram os respectivos documentos.

IV - Para refutar a primeira objeção, basta frisar que o reconhecimento da firma do denunciante é elemento acessório do requisito principal, ou seja, da *denúncia assinada pelo denunciante*, consoante o enunciado do artigo 76, da Lei nº 1079/50. E isso porque o cidadão legitimado pelo artigo 75 dessa lei, enquanto portador da *notitia criminis*, há de atuar direta e pessoalmente, sem

intermediações. Aí, nesse instante, cessa a sua participação no feito.

Transcrevo, a propósito desta matéria, o que aduzi no expediente protocolado sob o nº 5557/2001, mediante o qual o ilustre advogado Mozarte de Quadros transmite ameaça de representação criminal contra este presidente, por abuso de poder, verbis: “*De fato, os artigos 75 e 7 da Lei nº 1079/50 legitimam, pessoalmente o cidadão (“todo cidadão”) como denunciante. Na personificação da denúncia é que reside a razão de ser da autenticação notarial da respectiva firma. Esta exegese da Lei nº 1079/50 tem por si o precedente da histórica denúncia contra o presidente Fernando Collor de Mello, “apresentada por dois cidadãos”, conforme são identificados os denunciante nos relatórios do MS nº 21.564 - DF e MS nº 21564-DF, impetrados pelo acusado perante o STJ (RTJ 169/45). Note-se: dois cidadãos, embora um deles tenha sido o presidente nacional da OAB, no ato, despido de sua condição de advogado. Os advogados do ex-presidente Collor de Mello, só passaram a intervir diretamente no feito político, na qualidade de defensores, após a abertura do processo de julgamento no âmbito do Senado Federal. Não se tem notícia da admissão de assistente de acusação, que seria o caso aqui versado.*”

Resulta claro que ora recorrente confunde o advogado e o denunciante, dois agentes manifestamente distintos perante os artigos 75 e 76 da Lei nº 1.079/50.

V - Tocante à Segunda objeção, faz-se mister sublinhar que o art. 54 da Constituição Estadual, ao incumbir o Poder Legislativo da fiscalização do Poder Executivo, certamente não inclui, nessa elevada tarefa, a prosaica missão de coletar as diferentes provas catalogadas por quem almeja propor denúncia-crime contra o Chefe do Poder Executivo.

VI - Por último, no que concerne ao pedido de reconsideração, pelos motivos ora expostos e também pelos próprios fundamentos do “*decisum*”, indefiro-o. Assinalo ainda que, no despacho em causa, examinei a denúncia apenas sob o ângulo formal, embora pudesse fazê-lo ingressando no mérito, ao amparo do Regimento Interno e do lá mencionado acórdão proferido pela Suprema Corte, em caso análogo a este RTJ 142/88). Considero ilustrativo, como penhor do acerto daquela decisão determinado componente do fato, público e notório, protagonizado recentemente pelo então Senador Antonio Carlos Magalhães. Um dos motivos de sua renúncia ao mandato de senador, consistiu na declarada inconveniência de sujeitar-se ao *verdictum* do Presidente do Senado cujo juízo, unipessoal, poderia arquivar o parecer do Conselho de Ética, ou permitir o prosseguimento do rumoroso processo disciplinar.

VII - Respeitante ao pleito pela reforma do despacho, em se de reexame, deduzido em termos de sucessividade orgânica, extremamente vagos, também não pode ser atendido. Inexiste previsão legal ou regimental que o ampare. Prova-o a ausência de especificação, pelo suplicante, dos correspondentes suportes normativos de recur-

sos, nesta instância política, tutelada pelo Direito Público, sobre tema de crime de responsabilidade, onde não vigora o instituto processual civil do *jur novit cura*.

Derradeiramente, averbe-se que o indeferimento da denúncia se deveu tão-só à instrução manifestamente insuficiente da peça acusatória, pelo que não há decisão de mérito sobre a qual pudesse alguma instância deste Poder Legislativo exercer o crivo revisional.

VIII - À DL. Publique-se, junte-se ao protocolado sob o nº 4191/2001 e archive-se.

Curitiba, 18.06.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO
Presidente

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 024ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
26 DE JUNHO DE 2001**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Valdir Rossoni e Ricardo Maia.

Às dezessete horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaucho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da ata da sessão anterior à qual foi aprovada sem observações.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente.

(**Assentimento**)

Vossa Excelência recebeu um ofício subscrito pelos deputados Ricardo Maia e Moysés Leônidas, solicitando o Grande Expediente de amanhã, para o governador do Rio de Janeiro, Antony Garotinho.

Eu gostaria de fazer a seguinte sugestão a Vossa Excelência.

Como estamos no encerramento do nosso período Legislativo, com certeza, amanhã, haverá grandes debates aqui nesta Casa. Que recebamos o ilustre governador do Rio de Janeiro e permitamos que ele faça uso da palavra, não no Grande expediente, para que possamos usar o Grande Expediente para discutir as matérias, que estão na pauta, mas que nem por isso deixemos de ouvir o ilustre governador do Rio de Janeiro.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS (**Pela Ordem**)

Senhor presidente.

(**Assentimento**)

O deputado Nereu Moura, ponderado como sempre está com a razão. O nosso visitante que vai ser recebido aqui na Assembléia não vai fazer palestra e nem vai usar de um tempo tão grande, como é o tempo do Grande Expediente.

Se houver uma concordância, por parte de Vossa Excelência não sei do horário especificamente porque não dá para prever, em função de outros compromissos - no momento em que ele estiver na Assembléia, se puder suspender por cinco, dez minutos, para um simples cumprimento, acho que estaremos satisfeitos.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Respondendo aos deputados Nereu e Moysés, essa já é uma matéria vencida, que votamos na sessão anterior.

Mas vamos atender a essa reivindicação.

Vamos dar um tempo ao nosso visitante, porque ele poderá não estar aqui no horário do grande Expediente.

Na hora que ele chegar nós vamos recebê-lo, porque é um governador de Estado da Federação Brasileira e nós, como anfitriões que somos, vamos receber bem o governador Antony Garotinho.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 023/2001

Curitiba, 26.06.2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que dispõe sobre a aprovação de abertura de crédito suplementar no valor de R\$1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil reais) ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes, aprovado pela Lei Estadual nº 13.030, de 28 de dezembro de 2000, visando atender despesas com a execução de pontes em rodovias municipais.

Esclareço também, que os recursos para cobertura da referida programação, são decorrentes de cancelamento de dotação do Orçamento do mesmo Órgão.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 13.030, de 28 de dezembro de 2000, no valor de R\$1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos reais), conforme Anexos I e II desta lei.

Art. 2º - Servirá como recursos para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo I desta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. À **diretoria Legislativa.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2164

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final, para os projetos aprovados em 2ª Discussão, constante da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 2163

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o duto Plenário, retirada por 10 sessões, do Projeto de Lei nº 083/99, em 2ª discussão, de autoria do ilustre deputado Beto Richa, constante da Ordem do dia da presente Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(a) DURVAL AMARAL

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Mensagem nº 023/2001, subscrita pelo senhor governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre a aprovação de abertura de crédito suplementar no valor de R\$1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil reais) ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes. À **Diretoria Legislativa para os devidos fins.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 0219/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que introduz alterações na legislação do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO.

Vamos apreciar somente as emendas aprovadas em 2ª discussão.

Em votação, Emenda nº 1, da CCJ.

Aprovada.

Em votação a Emenda nº 2, com alteração proposta pelo relator, deputado Orlando Pessuti.

Aprovada.

Terceira emenda, em votação, de autoria do deputado Hermas Brandão.

Aprovada.

Em votação Emenda nº 4, de autoria do deputado Duílio Genari, com alteração do relator, Orlando Pessuti.

Aprovada.**O projeto irá à redação final.****ITEM 02**

2º DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 083/99, de autoria do deputado Beto Richa, que assegura o fornecimento

gratuito de medicamentos e insumos destinados ao tratamento e controle do diabetes. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CS. **Aprovado.**

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.**

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu gostaria de solicitar ao deputado Durval Amaral, que considerasse que essas pessoas, que são portadoras de diabetes, que é um assunto importante, que envolve gente aí que não tem dinheiro para comprar o remédio, o Estado existe para isso, exatamente para fornecer, no mínimo, o remédio que o cidadão precisa, no momento da saúde. E aqui, evidentemente, não está envolvida essa obrigação de fornecer esse medicamento para todas as pessoas, mas, sobretudo, para os menos favorecidos.

Retirar da pauta um projeto desses, me parece que esse projeto do ex-deputado Beto Richa tem o amparo absolutamente legal e sobretudo necessário. Essa é a consideração que gostaria de fazer ao líder do Governo.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente me permite só uma explicação.

O projeto do ex-deputado Beto Richa realmente é muito bom, razão pela qual não queremos votar contra esse projeto, votamos em primeira, inclusive. O problema é quando fala no termo “insumos”, que é bastante amplo, bastante genérico e efetivamente daqui a pouco qualquer adoçante poderia estar sendo subsidiado e até mesmo bancado pela Secretaria.

Isto serve apenas como exemplo, razão pela qual estou pedindo a retirada para que a gente possa encontrar uma redação adequando o espírito do projeto efetivamente aos custos que isso poderia arcar.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação o requerimento solicitando o adiamento por 10 (dez) sessões.

Os deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões, do projeto de lei nº 083/99.

ITEM 03

2º DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 058/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão e outros, que denomina prefeito Plauto Miró Guimarães o trecho da PR-438 que liga o município de Ponta Grossa ao município de Teixeira Soares. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM EMENDA MODIFICATIVA DA COPTC. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Emenda - **Aprovada.**

ITEM 04

2º DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 140/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 013/2001, que revoga a Lei nº 12.941, de 05 de setembro de 2000, alterada pela Lei de nº 12.954 de 28 de setembro do mesmo ano. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Em votação.**

O SR. ALGACI TULIO (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Quero apenas chamar um pouco mais a atenção da liderança do Governo porque, primeiro, deixar bem claro que eu não sou contra a cessão desse imóvel para o Colégio Francisco Zardo, até porque é na minha região, Santa Felicidade, e eu entendo perfeitamente que ele vai ser bem melhor aproveitado, como também tenho certeza que é o entendimento do deputado Accorsi, para o colégio.

Só, senhor presidente, quero chamar a atenção pelo seguinte fato: eu recebo aqui um fax da Organização Nacional da Família, que me passa a seguinte informação:

“Senhor Deputado:

O referido imóvel nos foi cedido em negociações diretas com o governador do Estado e Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, para sediar 3 órgãos importantes ligados ao desenvolvimento da família, o Centro de Treinamento Internacional para questões da família e da Criança, o Centro Regional das Ongs, ligados ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas e a Universidade Mundial da Família.

A revogação desta lei, por motivos que desconhecemos, nos causaria um grande embaraço junto aos órgãos internacionais, especialmente as Nações Unidas, que nos confiaram a implantação desses importantes projetos, inclusive viabilizando equipes técnicas e recursos financeiros, dificilmente poderemos explicar tal medida sem que a nossa imagem, tanto da Organização Mundial da Família, como da Assembléia Legislativa do Paraná, e especialmente do Governo do Estado do Paraná, fiquem comprometidas.

Vale salientar, conforme documentos já enviados, que a WFO já comprometeu recursos financeiros quando contratou e pagou empresas de engenharia para efetuar trabalhos técnicos necessários, e atualmente um concurso internacional para projeto arquitetônico que será em andamento com o término previsto para setembro de 2001. Também, desde setembro de 2000, data da aprovação da lei e nossa constatação de que o imóvel estava invadido por mendigos e drogados, a WFO está investindo recursos financeiros para a guarda e a segurança deste imóvel.

Esta atitude do governo do Estado sem que fôssemos pelo menos consultados e informados sobre os motivos de tal atitude, nos deixa perplexos. Gostaríamos de contar com o apoio da Assembléia no sentido de que não se revogue a lei”.

Quero deixar bem claro aqui que, mais uma vez, o governo falha na sua assessoria, porque a lei foi aprovada por esta Casa, já no ano passado, cedendo esta área para a Organização Mundial da Família, que investiu, tratou de cuidar do imóvel, colocando segurança, fazendo trabalho de limpeza, conforme toda uma documentação que eu tenho aqui.

Agora, o governo revoga esta lei, pede para a Assembléia revogar esta lei, mas não comunica, não dá nenhuma justificativa a esta organização que é internacional, que tem uma série de tratados com o governo do Estado.

Posso aqui lembrar, foi esta organização que viabilizou para a cidade de Curitiba, o Hospital Moderno, que está instalado, está funcionando e já recebeu prêmios internacionais, e está no Sítio Cercado, Bairro Novo. Essa organização trouxe para o município de Pinhais, o mesmo hospital. Trouxe um hospital que está se instalando em Santo Antonio da Platina. É uma organização que precisa ter o respeito do governo do Estado. Se o governo cedeu esse imóvel, e se agora se arrependeu, não sei se tem alguma irregularidade, ou não, mas precisava, ao menos antes de mandar para esta Casa, enviar um comunicado a esta organização para que parasse de investir, porque ela continua investindo, porque para ela, o imóvel é dela, e esta Casa aprovou a cessão desse imóvel! Então, essa entidade não foi comunicada!

Eu queria dizer que para mim, politicamente, é bem melhor que seja cedida essa área para o Colégio Francisco, porque o imóvel fica colado com o colégio. Tem muito mais proveito aquela área para o colégio do que para a organização, mas fica aqui esse alerta. O governo pode sofrer ação de responsabilidade, em função de investimentos que foram feitos por essa entidade internacional. Apenas quero fazer esse chamamento à Assembléia, à liderança do governo. Para mim, politicamente, prefiro que fique para o Colégio. Estou chamando a atenção para o fato que o governo - segundo o fax que acabei de receber, assinado pela doutora Deise N. Weber Kustra, que é presidente da Organização Mundial da Saúde - não comunicou à entidade.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Para Encaminhar)

Depois da explanação do deputado Algaci Tulio, acho que este Plenário precisa fazer uma reconsideração. Reconhecemos que, estrategicamente, por questão de localização, o colégio tem interesse privilegiado porque não consegue mudar e ele precisa ampliar, mas o Estado tem responsabilidade diante dessa instituição.

Portanto, consulto ao líder do governo se não poderíamos suspender a votação. Entraríamos com um requerimento por três Sessões, até que o Estado desse uma satisfação a essa instituição, porque não pode uma instituição, com a importância demonstrada pelo deputado Algaci Tulio, onde, atende meritoriamente a área da Saúde, extremamente defasada por falta de investimentos governamentais, e agora observamos que essa instituição

foi desconsiderada. Depois de recebido o imóvel, escriturado, nós termos, simplesmente arrebatado esse imóvel, numa lei que manda para esta Casa e esta Casa volta a revalidar o processo, e a instituição não recebe uma justificativa. Não somos contrários; o interesse da escola deve falar mais alto. Mas precisamos oferecer a oportunidade de essa instituição ter uma satisfação do Governo do Estado.

Por isso, deputado Durval Amaral, proponho a Vossa Excelência, na condição de líder do Governo, que façamos a suspensão dessa votação por três, quatro, cinco Sessões, e aí tenhamos condições de oferecer uma oportunidade, talvez de um outro terreno, de uma outra condição, para esta instituição.

Este é o meu encaminhamento, senhor presidente.

O SR. DURVAL AMARAL (Para Encaminhar)

Deputado José Maria, o senhor que é um deputado que prima pela coerência, efetivamente essa revogação da cessão, trata-se fundamentalmente, por dois motivos. O primeiro deles: existe uma escola situada ao lado dessa entidade, esse prédio público, que precisa, que é o Colégio Estadual Francisco Zardo, que precisa imediatamente de ampliação e esta área é propícia, por se tratar de área limítrofe à escola. E claro, se o Estado tem um prédio ao lado do escola, onde toda a comunidade ali de Santa Felicidade está reivindicando esse prédio, é claro que nada mais lógico que o Estado, já que ele fez uma cessão de uso, possa, efetivamente, fazer ali a ampliação da escola.

Em segundo lugar, a entidade que recebeu essa cessão de uso, desde o seu recebimento, não investiu nenhum centavo no prédio público, deixou-o abandonado. Aliás, aos cuidados de quatro cães ferozes e invoco aqui, o testemunho de quem mora na região, que é o deputado Luiz Accorsi, o prédio está abandonado, o Estado precisa instalar a escola.

Não obstante, efetivamente, os apelos do deputado Algaci Tulio, com toda certeza, não esteve no local, conhecendo a situação de abandono dessa área. Razão pela qual encareço ao deputado José Maria, que o Estado tem necessidade premente de usar essa área para ampliar a sua própria escola, que é o Colégio Estadual Francisco Zardo.

Faço o encaminhamento pela aprovação do projeto.

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Fui citado pelo deputado Durval Amaral. Quero dizer que estive no local, conheço bem a área, é minha região. Volto a repetir: não sou contra a cessão para a escola, pelo contrário, tive contato com a direção da escola e vamos votar a favor do projeto. Mas a minha única preocupação, deputado Durval Amaral, e tenho aqui documentos, contratos de locação de cães de guarda para cuidar do imóvel, contratos de carpinteiro, contrato de roceiro, fotografias do estado em que foi pego este imóvel.

Minha única preocupação é esta: o Governo cedeu, agora volta atrás, não comunica e o Estado poderá pagar uma indenização em relação a esta medida que está tomando agora. Não estou reivindicando em favor da entidade. Só estou apenas alertando pela maneira como o Estado está fazendo a revogação dessa lei. Sou favorável que seja cedido à escola. Agora, há que se resolver a questão dessa entidade.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação o projeto.

Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 146/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação Mantenedora do Ensino Alternativo - Amena, imóvel situado nesta Capital. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. SUBSTITUTIVO GERAL DA COMISSÃO DE OBRAS. **Aprovado o Substitutivo Geral da Comissão de Obras, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 196/2001, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública o Clube do Vovô de Assis Chateaubriand, com sede e foro no município de Assis Chateaubriand, Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 206/2001, de autoria do deputado Hermes Fonseca, que declara de Utilidade Pública o Projeto CAUEM - Crianças Alegres Unidas na Esperança com Maria, com sede e foro no município de Bandeirantes, Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 208/2001, de autoria da deputada Serafina Carrilho, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Diabéticos de Maringá e Região - Adim, com se e foro no município de Maringá - PR.. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 209/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que altera a Lei nº 10.789, que declarou de Utilidade Pública o Grande Oriente do Estado do Paraná, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 212/2001, de autoria do deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pequenos Produtores Rurais do Distrito de Planalto do Oeste - Nova Santa Rosa, com sede no município de Nova Santa Rosa e foro no município de Toledo - PR. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 214/2001, de autoria do deputado Antonio Baratter, que declara de Utilidade Pública o Provopar - Ação Social, com sede e foro no município de Cascavel. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 256/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que dispõe sobre a extinção de débitos fiscais, mediante compensação, nos casos em que especifica. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário, em número de 04 (quatro), de autoria dos senhores deputados José Maria Ferreira, Eli Ghellere, Luiz Carlos Zuk, Ademir Bier e Algaci Tulio, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO,
DE Nº 01, AO PROJETO DE LEI Nº 256/2001

Ficam suprimidos os artigos 3º e 4º do Projeto de Lei nº 256/2001.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA, ELI GHELLERE,
LUIZ CARLOS ZUK, ADEMIR BIER E
ALGACI TULIO.

EMENDA SUPRESSIVA DE
PLENÁRIO, DE Nº 02

O artigo 2º, do Projeto de Lei nº 256/2001, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 2º - O requerimento para compensação será protocolado na Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná e sujeitar-se-á a exame de admissibilidade pela Procuradoria Geral do Estado, a qual poderá, em até cinco dias contados desse protocolo, indeferir-lo, fundamentadamente.”

Em razão da supressão da parte final do *caput* do artigo, fica suprimido seu parágrafo único.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA, ELI GHELLERE,
LUIZ CARLOS ZUK, ADEMIR BIER e ALGACI
TULIO.

EMENDA MODIFICATIVA
DE PLENÁRIO, DE Nº 03

O artigo 1º, do Projeto de Lei nº 256/2001, passa a ter seguinte redação:

“Art. 1º - O Poder Executivo compensará, após atualizados, incluídas as despesas processuais e de honorários advocatícios, se houver, seus créditos fiscais inscritos em Dívida Ativa até a data da publicação desta lei, com precatórios de naturezas alimentícia, contra a Fazenda Pública Estadual e suas autarquias, pendentes de pagamento até 30 de junho de 2001.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA, ELI GHELLERE, LUIZ CARLOS ZUK, ADEMIR BIER e ALGACI TULIO.

EMENDA SUPRESSIVA
DE PLENÁRIO, DE Nº 04

Em virtude da Emenda Modificativa interposta ao artigo 1º, fica suprimido o parágrafo terceiro do mesmo artigo.

Sala das Sessões, em 26.06.2001.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA, ELI GHELLERE, LUIZ CARLOS ZUK, ADEMIR BIER E ALGACI TULIO.

Atendendo requerimento aprovado na Sessão anterior - transformamos em Comissão Geral o Plenário.

Designo para relatar, o deputado Fernando Ribas Carli.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Senhor presidente e senhores deputados, o Projeto de Lei nº 256/2001, dispõe sobre a extinção de débitos fiscais mediante compensação, nos casos em que especifica. Esse projeto recebeu quatro Emendas de Plenário, sendo três Supressivas e uma modificativa.

(Lê Emendas nºs 1, 2, 3 e 4).

Todas as quatro emendas, senhor presidente e senhores deputados, são assinadas por diversos deputados.

Chamado a relatá-las, relatamos favoravelmente pela constitucionalidade de todas elas.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em discussão o parecer do nobre relator, deputado Fernando Ribas Carli.

Em votação.

Aprovado.

Está em votação o projeto, ressalvadas as emendas.
Em votação.

Aprovado.

Estão em votação as emendas.

Emenda nº 1. Em votação.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor Presidente, que aprovam a Emenda?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Que aprovam a Emenda.

Rejeitada.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Solicito verificação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Os senhores deputados que aprovam a emenda, queiram levantar-se.

Quinze senhores deputados.

Senhores deputados que rejeitam a emenda, queiram levantar-se.

Vinte e oito senhores deputados rejeitam a emenda.

Está rejeitada a Emenda nº 1.

Em votação a Emenda nº 2: Emenda Supressiva ao Projeto de Lei nº 256/2001.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, o senhor poderia fazer a gentileza de ler?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vou fazer a leitura, porque o 1º Secretário está sem óculos.

(Lê Emenda nº 2)

Está em votação.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, o que está propondo esta Emenda?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Essa emenda, do artigo 2º, diz o seguinte: **(Lê a emenda)**

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Para Encaminhar**)

Aqui, o que pretendemos suprimir, é tão somente em virtude do vício formal.

Ora, daqui a pouco estaremos determinando para a Procuradoria Geral do Estado como é que ela deve fazer num procedimento. E é justamente o que pretendemos com esta emenda supressiva: permitir que a Secretaria possa atuar no aspecto legal, no aspecto do que ela entender como mérito, na lei. E, do jeito que está, estamos colocando a Procuradoria Geral do Estado numa camisa de força, do que ela precisa fazer sem levar em consideração tão somente em virtude do vício formal. É só essa expressão, não prejudicamos o projeto; prejudicamos o entendimento da lei. Por isso, entendo e solicito aos senhores deputados que acompanhem essa emenda.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação a Emenda.

Os senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovada a Emenda nº 2.

Emenda nº 03.

Emenda Modificativa também.

(Lê a Emenda Modificativa)

Está em votação a Emenda.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, com certeza essa Emenda ficou prejudicada no momento em que não acolhemos a Emenda que revisava os artigos 3º e 4º. Por quê? Porque com essa redação, no momento não tive condições de fazê-la, com essa emenda tornaríamos a lei mais clara, mais eficiente, do termo da sua aplicação. mas, como já votamos, não acolhemos a Emenda que revogava os artigos 3º e 4º, esta ficou prejudicada.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vossa Excelência retira?

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Retiro.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está retirada pelo autor.

Emenda nº 4.

(Lê Emenda nº 4)

Em votação a emenda.

Senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Para encaminhar, senhor presidente.

(Assentimento)

No artigo 1º, parágrafo terceiro, o que temos nele? “O precatório de natureza alimentícia terá seu valor atualizado monetariamente e, com a incidência de juros até a data da compensação, respeitando-se os créditos de sentença judicial”. Ele está, também, na emenda que acabamos de tirar, porque ficou prejudicada, que foi a quarta; por isso retiro. No momento em que deixamos de acolher a terceira e a quarta, prejudicamos todas as demais.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Retirado pelo autor.

O projeto vai à 3ª discussão.

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 135/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 012/2001, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2002. PARECER FAVORÁVEL DA CO. COM SUBSTITUTIVO GERAL

DA CO. (**Publ. no DA nº 039/2001, de 17.04.2001 - Mens.**).

COMISSÃO DE ORÇAMENTO PROJETO DE LEI Nº 135/2001

P A R E C E R :

Trata-se do Projeto de Lei nº 135/2001, oriundo da Mensagem Governamental nº 12/2001, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício de 2002.

À LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2002, foram apresentadas um total de 22 (vinte e duas) Emendas, das quais foram acolhidas 12 (doze); e não acatadas, 10 (dez).

As emendas acatadas, o foram face à sua absoluta compatibilidade com as disposições constitucionais e legais atinentes à matéria orçamentária, além de reforçarem as prerrogativas do Poder Legislativo quanto à fiscalização orçamentária.

Procurou-se incorporar ao texto todas aquelas emendas que, total ou parcialmente, retratavam com fidelidade e valorizavam a função fiscalizadora desta Casa de Leis.

Quanto às emendas que não foram acatadas, a rejeição se deu face a motivos como: a incompatibilidade com a estrutura da norma à Lei Plurianual, inoportunidade da proposta já que em muitos dos casos o momento tecnicamente adequado para proceder às alterações nelas indicados será quando da apreciação, por este Poder, da Lei Orçamentária, ou ainda por infringirem dispositivos da Constituição Estadual, Portaria Interministerial nº 163/01, Emenda Constitucional nº 29/2000 bem como da Lei nº 4320/86, que versa sobre matéria orçamentária.

Desta maneira, o substitutivo apresentado vem em consonância com as Constituições Federal e Estadual e já adaptada à Lei de Responsabilidade Fiscal, dando continuidade ao Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado, e seqüência à política das contas públicas no Paraná.

Observadas tais premissas e diante da observância, pela LDO, das disposições legais e constitucionais atinentes à matéria orçamentária, somos de parecer favorável a sua aprovação, na forma do Substitutivo Geral em anexo.

Sala das Comissões, em 26.06.2001.

(aa) CEZAR SILVESTRI - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 135/2001

Art. 1º - Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no Art. 133, § 3º, da Constituição do Estado do Paraná e em conformidade com o requerido pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretri-

zes orçamentárias do Estado do Paraná para o exercício financeiro de 2002, compreendendo:

I - as prioridades da Administração Pública Estadual;

II - a estrutura e organização dos orçamentos;

III - as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Estado;

IV - as disposições sobre as alterações na legislação tributária;

V - as disposições relativas às despesas do Estado com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes, com base na receita corrente líquida;

VI - as disposições relativas à destinação de recursos provenientes de operações de crédito;

VII - disposições transitórias;

VIII - demais disposições.

Capítulo I

Das Prioridades da Administração Pública Estadual

Art. 2º - As prioridades da Administração Pública Estadual deverão estar de acordo com aquelas especificadas no Plano Plurianual - 2000 a 2003, aprovado pela Lei Estadual nº 12.824, de 28.12.99 e definidas nos Orçamentos para o exercício financeiro de 2002.

§ 1º - Devem ter prioridade os programas e obras que já estejam iniciados e não deverá ser consignada dotação para investimento, com duração superior a um exercício financeiro, que não esteja previsto no Plano Plurianual ou em lei que autorize sua inclusão.

§ 2º - Os programas em execução com financiamento externo devem ter prioridade na alocação dos recursos requeridos como contrapartida, merecendo destaque os que apoiem ações voltadas para o combate à pobreza, a segurança pública, a geração de trabalho e renda, avanços na educação e na saúde, saneamento ambiental, atração de novos investimentos, agroindustrialização e desenvolvimento científico e tecnológico.

Capítulo II

Da Estrutura e Organização dos Orçamentos

Art. 3º - Para efeito da Lei Orçamentária, entende-se por:

a) **Programa**: instrumento de organização da ação governamental, através do qual são estabelecidos objetivos e metas quantificáveis ou não, que serão cumpridos através da integração de um conjunto de esforços com recursos humanos, materiais e financeiros a ele alocados e com custo global determinado;

b) **Atividade**: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação do governo;

c) **Projeto**: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um con-

junto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do governo;

d) **Operações Especiais**: despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades e operações especiais, especificando valores, metas e as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada projeto, atividade e operação especial estará vinculado a uma função e subfunção.

Art. 4º - A elaboração dos Orçamentos Fiscal e Próprio das Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial e Fundos, discriminará a despesa por Unidade Orçamentária, detalhada por categoria de programação, especificando os grupos de despesas com suas respectivas dotações indicando para cada categoria econômica, o grupo de despesa, a modalidade de aplicação, o elemento de despesa e a fonte de recursos.

Parágrafo Único - A fonte de recursos de que trata o caput deste artigo será apresentada no Projeto de Lei Orçamentária por grupo de fontes, ficando a execução orçamentária condicionada ao nível da introdução das informações no sistema. A apresentação das fontes, no Projeto de Lei Orçamentária será feito com o seguinte agrupamento:

- RECURSOS PRÓPRIOS DO TESOUREIRO -
Código 01, compreendendo as seguintes fontes:

00 - Ordinário não Vinculado;

05 - Resultado da Exploração de Recursos Hídricos, Petróleo, Gás Natural e outros;

12 - Retorno do Prosam;

13 - Títulos do Tesouro Estadual;

23 - Renda do Fundo Penitenciário;

24 - Multas e Taxas de Saúde Pública - Funsaude;

25 - Venda de Ativos e/ou Devolução de Capital Subscrito;

26 - Contribuições Compulsórias para a Previdência Social;

27 - Multas e Taxas de Defesa Sanitária - Feap;

28 - Fundo de Reequipamento do Fisco - Funrefisco;

29 - Taxas de Polícia - Funrespol;

31 - Programa de Assistência ao Menor e de Natureza Social - Lei nº 11.091/95;

32 - Pesquisa Científica e Tecnológica;

38 - Taxa Ambiental;

39 - Fundo de Modernização da Polícia Militar - FUMPM;

41 - Retorno de Programas Especiais - FDU

CONVÊNIOS DO TESOIRO - Código 09, compreendendo as seguintes fontes:

- 07 - Convênios com Órgãos Federais;
- 33 - Convênios com o Exterior.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO TESOIRO - Código 15, compreendendo as seguintes fontes:

- 14 - Operação de Crédito Interna - Não Vinculada;
- 20 - Operação de Crédito Interna - Vinculada;
- 30 - Operação de Crédito Externa Vinculada - Paraná 12 meses/Bird;
- 34 - Operação de Crédito Externa Vinculada - Pro-sam/Bird;
- 35 - Operação de Crédito Externa vinculada - PQE/Bird;
- 36 - Operação de Crédito Externa Vinculada - Proem-BID;
- 37 - Operação de Crédito Externa Vinculada - Paraná Urbano/BID;
- 40 - Operação de Crédito Externa Vinculada - Saneamento Ambiental- Paranásan/JBIC;
- 42 - Operação de Crédito Externa Vinculada - Paraná Urbano;
- 44 - Operação de Crédito Externa Vinculada - Paraná Solidariedade.

SALÁRIO EDUCAÇÃO - Código 16, compreendendo a seguinte fonte:

- 16 - Cota-parte da Contribuição do Salário Educação - Cota Estadual.

FUNDEF - Código 45, compreendendo a seguinte fonte:

- 45 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

RECURSOS DE OUTRAS FONTES - Código 95, compreendendo as seguintes fontes:

- 50 - Diretamente Arrecadados;
- 51 - Operação de Crédito Interna;
- 52 - Operação de Crédito Externa;
- 53 - Cota-Parte das Rendas das Loterias Estaduais;
- 54 - Multas por infração ao Código de Trânsito Brasileiro - Funrestran;
- 55 - Transferências da União - SUS;
- 56 - Reposição Florestal - Serflor;
- 70 - Aumento de Capital Social;
- 81 - Convênios com órgãos Federais;
- 82 - Convênios com órgãos do Estado;
- 83 - Convênios com o Exterior;
- 84 - Outros convênios;
- 92 - Cota-parte da Contribuição do Salário Educação - cota federal.

Art. 5º - O Projeto de Lei Orçamentária anual será apresentado segundo os seguintes desdobramentos:

DESPESAS CORRENTES

- . Pessoal e Encargos Sociais
- . Juros e Encargos da Dívida
- . Outras Despesas Correntes.

DESPESAS DE CAPITAL

- . Investimentos
- . Inversões Financeiras
- . Amortização da Dívida
- . Outras Despesas de Capital

Art. 6º - O orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista terá sua despesa totalizada por empresa, ficando seu programa de trabalho destacado por projeto/atividade segundo a mesma classificação funcional-programática adotada nos demais orçamentos.

Art. 7º - Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar na elaboração dos orçamentos, as eventuais modificações das classificações orçamentárias decorrentes de alterações na legislação federal, ocorridas após o encaminhamento da LDO/2002 à Assembléia Legislativa.

Art. 8º - O Programa de Obras será apresentado por Unidade Orçamentária, Projeto/Atividade, estado, região ou município e de forma individualizada com unidade de medida, quantidade e valor discriminado segundo a fonte de recursos.

Parágrafo Único - As obras previstas no *caput* deste artigo deverão estar identificadas da seguinte forma: Nova (N), em Andamento (A), Paralisada (P).

Art. 9º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhar à Assembléia Legislativa, cumprindo o prazo previsto na legislação em vigor, será composto de:

I - exposição justificativa contendo quadros-resumo com informações sobre a situação econômico-financeira do Estado e outras informações consideradas relevantes à análise da proposta orçamentária;

II - texto da Lei;

III - anexo I contendo a legislação da receita de recolhimento centralizado e descentralizado e quadros resumos das receitas referentes ao Orçamento Fiscal, ao Orçamento Próprio da Administração Indireta e ao Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista;

IV - anexo II contendo resumos gerais das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, segundo as fontes de recursos;

V - anexo III contendo o Orçamento Fiscal, composto pelos orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário, Executivo e do Ministério Público e os Orçamentos Próprios das autarquias, fundações, Órgãos de Regime Especial, Fundos e nos Serviços Social Autônomos, no que se refere aos recursos públicos e fundos, conforme

disposto no Art. 133, § 6º, incisos I e II da Constituição Estadual;

VI - anexo IV contendo o Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, a que se refere o Art. 133, § 6º, inciso III da Constituição Estadual;

VII - anexo V contendo o Programa de Obras das Unidades Orçamentárias conforme determinação da Emenda Constitucional nº 02, de 15 de dezembro de 1993.

CAPÍTULO III

Das Diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Estado

Art. 10 - A elaboração do projeto de Lei, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2002, deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como levar em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais que integra a presente Lei, além dos parâmetros da Receita Corrente Líquida, visando o equilíbrio orçamentário-financeiro.

§ 1º - O Poder Executivo deverá estabelecer uma programação orçamentária-financeira, visando o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo.

§ 2º - Para o efetivo cumprimento do artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo deverá manter atualizado o endereço eletrônico, de livre acesso a todo cidadão, dos planos, orçamentos, bem como, mensalmente à arrecadação total do mês anterior do ICMS, incluindo a parcela dos municípios.

Art. 11 - Se verificado, ao final de um bimestre, que a execução das despesas for superior à realização das receitas, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira.

§ 1º - Essa limitação será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de outras despesas correntes e despesas de capital de cada Poder e do Ministério Público.

§ 2º - Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará aos demais Poderes e ao Ministério Público o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 3º - No caso de os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público não promoverem a limitação no prazo estabelecido no *caput*, fica o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros, a serem repassados, segundo a realização efetiva das receitas no bimestre.

Art. 12 - A elaboração das propostas dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público será feita dentro dos seguintes limites percentuais da receita Geral do Tesouro Estadual, após excluídas as parcelas da receita centralizada pertencentes aos municípios, as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas:

- Poder Legislativo.....	5,0%
- Poder Judiciário.....	8,5%
- Ministério Público.....	3,3%

Parágrafo Único - Do percentual de 5% destinado ao Poder Legislativo, caberá ao Tribunal de Contas o percentual de 1,90%.

Art. 13 - As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público serão apresentadas ao Poder Executivo, até o dia 04.09.2001, para a consolidação do Orçamento Geral do Estado.

Art. 14 - As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público não poderão apresentar valores diferentes daqueles que lhes couber pelos limites percentuais, de forma a garantir o fechamento do Orçamento Geral do Estado.

Art. 15 - O Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2002 terá a receita estimada e as despesas fixadas segundo os preços vigentes em 30.06.2001, podendo ser atualizadas antes do início da execução orçamentária, mediante a aplicação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, ou outro que venha a substituí-lo, para o período de julho (inclusive) e novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 2001, de acordo com os critérios estabelecidos no próprio projeto de lei.

Parágrafo Único - As despesas de programas custeados com financiamento em moeda estrangeira serão convertidas em moeda nacional à taxa oficial de câmbio vigente em 30.06.2001.

Art. 16 - Na programação da despesa não poderão ser:

I - fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;

II - incluídas ações com as mesmas finalidades em mais de um órgão;

III - incluídas despesas a título de Investimento em Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecidos, na forma do art. 167, § 3º da Constituição Federal e do art. 135, § 2º da Constituição Estadual;

IV - classificadas como atividades dotações que visem o desenvolvimento de ações limitadas no tempo e das quais resultem produtos que concorram para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do governo, bem como, classificadas como projetos ações de duração continuada;

V - incluídas em projetos ou atividades despesas caracterizadas como operações especiais.

Art. 17 - A receita de recolhimento Centralizado será apresentada, no seu demonstrativo, com a previsão de 100% do ingresso, ficando a parcela pertencente aos municípios, programada na despesa sob a forma de distribuição de receitas, de acordo com a legislação vigente.

Art. 18 - A receita proveniente da Quota Estadual do Salário Educação, de acordo com a Lei Estadual nº 13.116, de 08.03.2001, terá uma parcela destinada aos municípios, proporcionalmente ao número de alunos matriculados no ensino fundamental. Esta parcela destinada aos municípios será programada na despesa do orçamento da Secretaria de Estado da Educação, sob a forma de distribuição de receitas.

Art. 19 - O Orçamento Fiscal e os Orçamentos Próprios da Administração Indireta para o exercício de 2002 terão as receitas de recolhimento centralizado do Tesouro Estadual e de recolhimento descentralizado das Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial e Fundos, no valor aproximado de R\$9.982.500.000,00 (nove bilhões, novecentos e oitenta e dois milhões e quinhentos mil reais), a preços de 30.06.2001, ficando a despesa fixada em igual valor.

Art. 20 - As receitas dos Órgãos, Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial, Fundos e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado, serão programadas para atender prioritariamente as despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, precatórios judiciais, contrapartidas de financiamentos e manutenção de atividades e de bens públicos.

Parágrafo Único - Incluem-se nas receitas citadas no *caput* deste artigo, as receitas de arrecadação própria das Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial e Fundos e Serviço Social Autônomos.

Art. 21 - Os recursos do Tesouro Geral do Estado, destinados às Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial e Fundos, serão apresentados nos Orçamentos Próprios dessas instituições.

Art. 22 - O Orçamento Fiscal conterà projetos/atividades de transferência de recursos do Tesouro Geral do Estado para as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.

Art. 23 - O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista compreenderá as receitas de transferência do Tesouro Geral do Estado e as receitas próprias, aplicadas na conta Investimento.

§ 1º - No Anexo IV do Projeto de Lei Orçamentária só deverão aparecer as Empresas Públicas e Socieda-

des de Economia Mista que possuírem programação de investimento.

§ 2º - As Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista que receberem recursos do Tesouro Estadual, para despesas de espécies diferentes de investimento, só terão estes valores registrados nos projetos/atividades de transferência, dentro do Orçamento Fiscal.

I - A Mensagem do Poder Executivo que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária à Assembléia Legislativa, conterà quadro demonstrativo dos recursos do Tesouro do Estado transferidos às Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, previstos no § 2º deste Artigo.

Art. 24 - A programação de investimento, em qualquer dos orçamentos integrantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual, deverá apresentar consonância com as prioridades governamentais incluídas no Plano Plurianual para o período de 2000 a 2003.

Parágrafo Único - As obras já iniciadas sob a responsabilidade do Governo do Estado do Paraná, terão prioridades na alocação dos recursos para a sua continuidade.

Art. 25 - As despesas destinadas ao pagamento de precatórios judiciais correrão à conta de dotações consignadas com esta finalidade em Operações Especiais específicas nas Unidades Orçamentárias responsáveis pelos débitos.

§ 1º - Os recursos alocados no Projeto de Lei Orçamentária com destinação prevista ao contido no *caput* deste artigo, não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade.

§ 2º - Os Órgãos e as Unidades encaminharão ao Executivo, até o dia 20.07.2001, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais, inscritos até 1º.07.2001, a serem incluídos no orçamento de 2002, especificando:

- número da ação originária;
- número do precatório;
- tipo da causa julgada (de acordo com a origem da despesa);
- enquadramento (alimentar ou não alimentar);
- data da inscrição do precatório no órgão/unidade;
- nome do beneficiário;
- valor do precatório a ser pago (com atualização até 1º.07.2001, conforme Art. 98, § 3º da Constituição do Estado do Paraná);
- cópia do ofício requisitório no caso de precatórios trabalhistas e cópia da requisição de pagamento no caso de ação cível.

Art. 26 - Todas as despesas com publicidade e propaganda deverão ser destacadas na classificação funcional de cada órgão, obedecido ao disposto na Portaria-STN nº 163, de 04 de maio de 2001.

Art. 27 - O Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2002 alocará recursos do Tesouro Geral do Estado, aos órgãos do Poder Executivo, após deduzidos os recursos destinados:

I - a transferência das parcelas da receita de recolhimento centralizado, pertencentes aos municípios;

II - aos orçamentos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público de acordo com os limites percentuais definidos no Art. 12 desta Lei;

III - ao pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo;

IV - ao pagamento do serviço da dívida;

V - ao fomento da pesquisa científica e tecnológica, de acordo com o Art. 205 da Constituição Estadual e com a Lei nº 12.020, de 09 de janeiro de 1998, que instituiu o Fundo Paraná;

VI - à manutenção e desenvolvimento do ensino público, correspondendo a no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) da receita de impostos, de acordo com o Art. 185 da Constituição Estadual;

VII - ao pagamento de ações e serviços de saúde, de acordo com a Emenda Constitucional nº 29/2000;

VIII - aos empréstimos e contrapartidas de programas objetos de financiamentos nacionais e internacionais;

IX - às contribuições do Estado ao sistema de Seguridade Funcional, compreendendo os programas de Previdência e de Serviços Médico-Hospitalares, conforme legislação em vigor;

X - ao pagamento de precatórios inscritos até 1º.07.2001;

XI - a reserva de contingência, de acordo com o especificado no Art. 30 desta Lei.

Art. 28 - Os recursos remanescentes de que trata o artigo anterior, serão distribuídos de acordo com os limites percentuais apresentados a seguir, ficando implícito que a utilização plena por um Órgão implicará na redução do limite de outro, de forma a manter o percentual global de 100%:

Chefia do Poder Executivo	até	5%
Secretaria de Estado da Integração Regional	até	2%
Secretaria de Estado do Governo	até	3%
Procuradoria Geral do Estado	até	1%
Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral	até	4%
Administração Geral do Estado - Recursos Supervisão da SEPL	até	9%
Secretaria de Estado da Administração e da Previdência	até	13%
Secretaria de Estado da Fazenda	até	9%
Administração Geral do Estado - Recursos Supervisão da SEFA	até	13%
Secretaria de Estado de Obras Públicas	até	1%
Secretaria de Estado da Comunicação Social	até	1%

Secretaria de Estado da Segurança Pública	até	18%
Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	até	3%
Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania	até	5%
Secretaria de Estado da Cultura	até	5%
Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família	até	6%
Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho	até	3%
Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo	até	7%
Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento	até	15%
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano	até	4%
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	até	12%
Secretaria de Estado dos Transportes	até	25%
Secretaria Especial da Política Habitacional	até	10%
Secretaria Especial para Assuntos Estratégicos	até	5%

§ 1º - Os recursos de que trata o *caput* deste artigo não incluem os recursos vinculados a cada órgão/unidade, bem como os recursos provenientes de convênios firmados diretamente pelos respectivos órgãos/unidades.

§ 2º - Os percentuais alocados para os Secretários Especiais, no caso de extinção da função, serão remanejados aos órgãos nos quais as ações programáticas daqueles Secretários Especiais serão desenvolvidas.

Art. 29 - Os recursos provenientes de convênios, ajustes, acordos, termos de cooperação e outras formas de contratos firmados com outras esferas de governo, deverão ser registrados como receita orçamentária e suas aplicações programadas nas despesas orçamentárias de cada Órgão celebrante do contrato, só podendo sofrer desvinculação por lei.

Parágrafo Único - A Lei Orçamentária incluirá na previsão da receita e sua aplicação todos os recursos de transferências, inclusive os oriundos de convênios.

Art. 30 - O Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, por órgão, agrupando-se as fontes vinculadas e não vinculadas, após a publicação de Lei Orçamentária.

Art. 31 - A Lei Orçamentária Anual conterà reserva de contingência com montante definido com base na receita corrente líquida, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Parágrafo Único - É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no artigo 20, nos dois últimos quadrimestres do exercício de 2001, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para esse efeito, conforme determina o artigo 42 da Lei Complementar nº 101/2000.

Capítulo IV

Das Disposições Sobre as Alterações na Legislação Tributária

Art. 32 - Na estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária Anual serão considerados os efeitos de alterações na Legislação Tributária até 31 de dezembro de 2001, em especial:

I - as modificações na Legislação Tributária decorrente de alterações no Sistema Tributário Nacional;

II - a concessão e redução de isenções fiscais;

III - a revisão de alíquotas dos tributos de competência; e

IV - aperfeiçoamento da cobrança da Dívida Ativa do Estado.

Parágrafo Único - Para fins deste artigo dever-se-á observar o disposto no artigo 14 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2.000.

Capítulo V

Das Disposições Relativas às Despesas do Estado com Pessoal e Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes, com BASE na Receita Corrente Líquida

Art. 33 - No exercício financeiro de 2002 as despesas com pessoal e encargos sociais dos três Poderes do Estado, bem como do Ministério Público, observarão o limite de 60% (sessenta por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais, de acordo com a legislação vigente.

§ 1º - Os órgãos do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Poder Executivo e do Ministério Público assumirão de forma solidária as providências necessárias à adequação ao disposto neste artigo.

§ 2º - A repartição dos limites globais, de acordo com o artigo 20, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, não poderá exceder os seguinte percentuais:

a) 3% (três por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Poder Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas;

b) 6% (seis por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Poder Judiciário;

c) 49% (quarenta e nove por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Poder Executivo;

d) 2% (dois por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Ministério Público Estadual.

§ 3º - Atendendo o § 1º do artigo 18 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2.000, os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos, contabilizadas como outras despesas de pessoal, estão compreendidas nos limites estabelecidos no parágrafo anterior. O disposto neste parágrafo aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite de despesas com pes-

soal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.

§ 4º - As despesas com Pessoal e Encargos Sociais, dos Poderes e do Ministério Público, deverão enquadrar-se também no disposto no artigo 71 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 5º - O Estado poderá fazer reposição salarial desde que respeitados os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 34º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual conterà em sua exposição justificativa, demonstrativo dos gastos com pessoal e encargos sociais, por poder e total, executado nos últimos três anos, a execução provável para 2001 e a estimativa para 2002, com a indicação da representatividade percentual em relação à Receita Corrente Líquida, de acordo com a legislação vigente.

Parágrafo Único - As despesas decorrentes de contratos de terceirização de mão-de-obra que se refere à substituição de servidores e empregados públicos deverão constar como "Outras despesas de Pessoal", obedecendo critérios previstos no parágrafo 3º do artigo 32 desta lei e ao que dispõe o artigo 72 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 35 - O valor destinado ao custeio mínimo dos órgãos do Poder Executivo será estabelecido dentro de um limite de gastos considerado necessário para manter o ajuste fiscal do Estado.

Capítulo VI

Das Disposições Relativas à Destinação de Recursos Provenientes de Operações de Crédito

Art. 36 - O valor das Operações de Crédito orçado para o exercício não poderá ser superior ao montante de despesas de capital fixadas no orçamento.

Parágrafo Único - As programações custeadas com recursos de operações de crédito não formalizadas serão identificadas no orçamento, ficando sua implementação condicionada à efetiva realização dos contratos.

Art. 37 - As Coordenações dos Programas Financiados deverão ajustar os seus cronogramas de forma que o valor de empréstimo pretendido para o exercício de 2002, possa realmente ser viabilizado com a disponibilidade de contrapartida que o Estado pode oferecer.

Capítulo VII

Disposições Transitórias

Art. 38 - O Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2002, deverá também considerar as disposições das demais normas legais que vierem a ser aprovadas até a data de seu encaminhamento ao Poder Legislativo Estadual.

Art. 39 - O Projeto de Lei Orçamentária deverá conter dotação orçamentária conforme especificado na Lei Estadual nº 13.133, de 16.04.2001.

Capítulo VIII

Demais Disposições

Art. 40 - O Projeto de Lei Orçamentária deverá destinar dotação específica, com o fim de promover o desenvolvimento econômico do litoral do Paraná, incentivando o turismo, a agricultura, a pesca e a atividade portuária.

Art. 41 - As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual deverão ser elaboradas de conformidade com o disposto no artigo 134 da Constituição do Estado do Paraná, observadas as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 42 - O Poder Executivo divulgará e encaminhará à Assembléia Legislativa para ciência no prazo de 20 (vinte) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, os Quadros de Detalhamento de Despesa, por projetos, atividades e operações especiais, dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com os valores corrigidos, se for o caso, na forma do disposto no artigo 15 desta Lei.

Art. 43 - Integram a presente lei, de acordo com o disposto no artigo 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2002, os anexos de Metas Fiscais e de Riscos Fiscais.

Art. 44 - Os Poderes e o Ministério Público deverão desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo das ações orçamentárias.

Art. 45 - Os Poderes e o Ministério Público deverão implantar sistema de registro, avaliação, atualização e controle do seu ativo permanente, de forma a possibilitar o estabelecimento do real Patrimônio Líquido do Estado.

Art. 46 - O Poder Executivo fica autorizado a proceder na elaboração dos Orçamentos para 2002, as alterações provenientes de Reformas Administrativas, ocorridas após o encaminhamento da Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2002 - à Assembléia Legislativa.

Parágrafo Único - O disposto no *caput* deste artigo aplica-se às novas instituições de ensino superior e às faculdades que venham ser estadualizadas.

Art. 47 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26.06.2001

(aa) CEZAR SILVESTRI - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

Anexo I

Metas Fiscais

1. Avaliação do Cumprimento das Metas Relativas ao Ano Anterior

O Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal firmado em 30 de outubro de 1998 entre o governo do Paraná e a União e reavaliado durante o primeiro quadrimestre do corrente ano de 2001, constitui-se no marco norteador do processo de equilíbrio das contas públicas do Estado do Paraná e na referência principal a ser tomada em conta na elaboração da proposta do Orçamento Geral do Estado para 2002.

O cumprimento das metas pactuadas no Programa foi verificado por missões técnicas da Secretaria do Tesouro Nacional, em trabalho conjunto com a equipe econômico-financeira do governo estadual, estando em fase final de estudos e definições a projeções das metas do Programa de Ajuste Fiscal para o triênio 2001 - 2003, as quais, conforme já assinado, balizarão a proposta orçamentária para o próximo ano.

O eixo fundamental do ajuste fiscal do Estado passa pela capitalização da Parana Previdência no final deste exercício de 2001, conforme previsto na Lei Orçamentária respectiva, combinando-se o regime contributivo atuarial com a cobertura do déficit previdenciário reconhecido na Constituição Estadual (artigo 38 das Disposições Transitórias), mediante o aporte de recursos provenientes da venda de ativos do Estado, conforme previsto na lei estadual autorizativa e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

A privatização da Companhia Paranaense de Energia - Copel irá propiciar a capitalização da Parana Previdência e, conseqüentemente, a redução dos gastos do Tesouro Especial com inativos e pensionistas, criando condições para recuperação da capacidade de investimento do Estado nos programas prioritários para a população paranaense.

No mesmo sentido, a reforma administrativa iniciada em janeiro de 2001 a ser completada ao longo deste ano, bem como assunção, pela Parana Previdência, do pagamento da folha de aposentadorias e pensões, irá recompor os percentuais dos gastos do Tesouro Estadual com pessoal, situando-os dentro dos limites requeridos pela Lei. Fica, entretanto, assumido como regra geral, o compromisso de se evitarem reajustes gerais de salários do funcionalismo e a instituição de novos benefícios, com exceção dos que se fizerem necessários para recompor os salários das carreiras de base, nas áreas prioritárias da atuação do Estado, especialmente na área da segurança pública.

As variações patrimoniais relacionadas com a origem e aplicação dos recursos de desestatizações deverão refletir, nos orçamentos anuais, as metas indicadas na revisão do Programa de Ajuste Fiscal.

2. Renúncias Fiscais

A renúncia fiscal, tal como definida na Lei Complementar nº 24/75 e no artigo 14 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, assim como a criação ou a elevação de despesas obrigatória de caráter continuado, de que trata o artigo 17 da referida Lei Complementar nº 101, não ocorrerão no exercício de 2002, motivo pelo qual se deixa de indicar fontes adicionais de aumento de receitas para aquelas finalidades, tais como, elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

Assinalamos que a atração de indústrias estratégicas para o desenvolvimento do nosso Estado não envolve a renúncia de qualquer parcela de arrecadação preexistente, que pudesse gerar hiato de recursos e exigir cortes de outras despesas ou elevação de outras receitas. Ao contrário, busca ampliar a base tributária futura, através do crescimento mais acelerado do valor agregado na atividade industrial, gerando impostos cuja cobrança não sofre qualquer perda ou redução, que seriam as hipóteses caracterizadoras de renúncia fiscal, previstas na Lei Complementar nº 24/75.

Por outro lado, o parcelamento da cobrança de receitas tributárias, por concessão de moratória prevista nos artigos 152 a 155 - A do Código Tributário Nacional (Lei 5.172, de 25.10.66), ou a sua eventual canalização, nos termos da lei estadual nº 9.895, de 08/01/92, por via orçamentária, para o apoio a programas de industrialização, não só atende ao requisito da prévia geração de receita fiscal para suporte das ações de fomento, como também - pela natureza dessas aplicações - não estarão elas catalogadas como elevação de despesa de caráter continuado.

Nessa linha de raciocínio, e em harmonia com a própria orientação da política de reestruturação e de ajuste fiscal adotada em todo o país com o apoio do Governo Federal, ganha particular relevo a atuação da Agência de Fomento do Paraná S.A. e de Fundo do Desenvolvimento Econômico do Estado.

3. Evolução do patrimônio líquido

No período compreendido entre os exercícios de 1999 a 2000, foram alienados ativos do Estado no valor de R\$3.300.168.888,41 (três bilhões, trezentos milhões, cento e sessenta e oito mil, oitocentos e oitenta e oito reais e quarenta e um centavos), destacando-se a venda de ações do Banestado, com o montante de R\$1.613.452.366,73 (um bilhão, seiscentos e treze milhões, quatrocentos e cinquenta e dois milhões, trezentos e sessenta e seis mil, e setenta e três centavos), o qual foi utilizado integralmente na amortização da dívida proveniente do saneamento do Banestado, a antecipação dos Royalties, compreendendo R\$1.679.356.521,68 (um bilhão, seiscentos e setenta e nove milhões, trezentos e

cinquenta e seis mil, quinhentos e vinte e um reais e sessenta e oito centavos), que possibilitou a capitalização da Parana Previdência com títulos públicos, cujos rendimentos já estão sendo apropriados; e, R\$7.360.000,00 (sete milhões, trezentos e sessenta mil reais) de devolução de capital subscrito da Paraná Investimentos, que foram utilizados de acordo com a legislação pertinente.

Quanto ao Patrimônio Líquido, os Poderes e o Ministério Público, deverão dar continuidade à implantação de sistema de registro, avaliação, atualização e controle de seu ativo permanente, de forma a possibilitar o estabelecimento do real Patrimônio Líquido do Estado.

4. Metas fiscais

O esforço fiscal proposto pelo Estado é demonstrado nos quadros de metas fiscais, ao final apresentados, onde parte em 1999 de um resultado primário negativo, na ordem de 0,27% do Produto Interno Bruto -PIB, alcançando, a partir do ano de 2000, resultados sempre positivos.

As despesas para o período de 2002 a 2004 estão projetadas de forma a se ajustarem às disponibilidades de receitas para o atingimento do equilíbrio financeiro estadual.

As receitas de ICMS foram projetadas para o período de 2002 a 2004 levando-se em consideração um crescimento anual de 75% da variação do PIB uma inflação anual de 3,5% para 2002, 2,3% para 2003 e 2,3% para 2004, além do incremento obtido como esforço fiscal.

Anexo II Riscos Fiscais

Relativamente aos riscos fiscais, baseados na avaliação de passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas do Estado, tal como previsto no Artigo 4º, parágrafo 3º, da lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a avaliação completa somente poderá ocorrer após deliberação final de matérias em tramitação no Congresso Nacional, tal como a Reforma Tributária, e do desfecho de feitos judiciais em que o Estado é parte, como os referentes a contribuições previdenciárias de inativos e pensionistas, e ao pagamento, pela União, do precatório judicial decorrente da construção da Estrada de Ferro Central do Paraná.

A privatização da Companhia Paranaense de Energia - Copel, propiciará a capitalização da Parana Previdência, neste exercício, dando condições ao Tesouro Estadual de melhor atender a programas prioritários. Desta forma, caso não ocorra a referida privatização no corrente exercício, será necessário redimensionar as projeções, para 2002, das receitas e despesas à conta do Tesouro Estadual.

PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2002
ANEXO DE METAS FISCAIS
(Artigo 4º, § 1º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000)

QUADRO I

RECURSOS DO TESOIRO - VALORES CORRENTES												
Especificação	1999		2000		2001		2002		2003		2004	
	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB
1.Receita Líquida	4.415.587	7,06%	5.073.073	7,17%	5.213.276	6,63%	5.694.275	6,52%	6.060.038	6,25%	6.205.875	5,76%
2.Despesas	4.587.000	7,33%	4.397.466	6,22%	4.982.815	6,34%	5.135.391	5,88%	5.268.505	5,43%	5.236.707	4,86%
3.Resultado Primário (1-2)	-171.413	-0,27%	675.607	0,96%	230.461	0,29%	558.884	0,64%	791.533	0,82%	969.168	0,90%
4.Juros da Dívida	85.000	0,14%	448.000	0,63%	509.000	0,65%	486.000	0,56%	522.000	0,54%	525.255	0,49%
5.Resultado Nominal (3-4)	-256.413	-0,41%	227.607	0,32%	-278.539	-0,35%	72.884	0,08%	269.533	0,28%	443.913	0,41%

Em R\$1.000 Médios de 2001

RECURSOS DO TESOIRO - VALORES CONSTANTES												
Especificação	1999		2000		2001		2002		2003		2004	
	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB
1.Receita Líquida	5.224.639	7,06%	5.275.996	7,17%	5.213.276	6,63%	5.501.715	6,52%	5.723.469	6,25%	5.729.430	5,76%
2.Despesas	5.427.459	7,33%	4.573.365	6,22%	4.982.815	6,34%	4.961.730	5,88%	4.975.897	5,43%	4.834.668	4,86%
3.Resultado Primário (1-2)	-202.820	-0,27%	702.631	0,96%	230.461	0,29%	539.985	0,64%	747.572	0,82%	894.762	0,90%
4.Juros da Dívida	100.574	0,14%	465.920	0,63%	509.000	0,65%	469.565	0,56%	493.009	0,54%	484.929	0,49%
5.Resultado Nominal (3-4)	-303.395	-0,41%	236.711	0,32%	-278.539	-0,35%	70.419	0,08%	254.563	0,28%	409.832	0,41%

PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2002
ANEXO DE METAS FISCAIS
(Artigo 4º, § 1º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000)
DEMONSTRATIVO DO SALDO DEVEDOR APURADO E PROJETADO DA DÍVIDA CONTRATUAL

QUADRO II

Especificação	SALDO DEVEDOR					
	31/12/1999	31/12/2000	31/12/2001	31/12/2002	31/12/2003	31/12/2004
Dívida Interna	7.395.845	6.525.362	6.330.119	6.128.354	5.961.063	5.778.248
Dívida Externa	1.217.414	1.455.431	1.471.686	1.586.104	1.798.522	1.692.886
Total da Dívida Contratual	8.613.259	7.980.793	7.801.805	7.714.458	7.759.585	7.471.134

Em votação.

O SR. HERMES FONSECA

Para encaminhar, senhor presidente.

(Assentimento)

Senhor Presidente, eu gostaria de registrar os trabalhos da Comissão de Orçamento, pela maneira que conduziu o recebimento e análise de cada uma das emendas.

A Comissão recebeu vinte e duas emendas, acatou doze delas e rejeitou dez. O importante nesse processo, é que elas foram discutidas pela Comissão, uma por uma, houve a oportunidade de cada proponente da emenda, defendê-la, justificando-a, e portanto, é esse o trabalho que está a se exigir do Poder Legislativo. É desta forma que se valoriza este Poder, quando a Comissão, democraticamente, recebe as emendas; o senhor relator discute com aqueles que propuseram as suas emendas, e ao final temos um substitutivo geral que contempla a vontade do Poder Legislativo.

E eu, particularmente, quero me sentir de certa forma vitorioso nesse processo, porque das doze Emendas acatadas, cinco foram de minha autoria, e uma que considero da mais alta importância para a fiscalização deste Poder, que é a inclusão do serviço social do autônomo, que deve apresentar o seu orçamento fiscal na Lei das Diretrizes Orçamentárias.

Penso que com isso o Poder Legislativo conseguiu avançar nas suas prerrogativas de fiscalização do Poder Executivo, e pode contribuir para que, realmente, os atos do governo sejam mais transparentes, para que o governo tenha que prestar contas de forma clara das suas propostas, e ao mesmo tempo permitiu também que programas pudessem ser incluídos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Para encaminhar, deputado Cezar Silvestri.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Ao mesmo tempo em que agradeço as palavras do deputado Hermes Fonseca, quero agradecer, em nome, - tenho certeza absoluta -, do deputado Durval Amaral, que é o relator da Comissão, de todos os membros da Comissão.

Gostaria de fazer uma solicitação ao nobre relator, de que fizéssemos uma alteração, porque houve um erro de redação no artigo 9º, quando no texto ficou da seguinte forma: "contendo o orçamento fiscal composto pelos orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário, Executivo e do Ministério Público e os orçamentos próprios, as autarquias, fundações, órgãos de regime especial, Fundos e nos Serviços Sociais Autônomos, no que se refere aos recursos públicos. Teria que ser, na minha avaliação, conforme disposto no artigo 133, parágrafo 6º, incisos I e II da Constituição Estadual. Há uma repetição da palavra fundos, e, como não cabe mais Emendas, então eu pediria ao relator que houvesse esta substituição, com a concor-

dância do Plenário, suprimindo a palavra fundos na segunda.

O SR. DURVAL AMARAL (Para Encaminhar)

Senhor presidente, senhores deputados, nobre presidente da Comissão de Orçamento, deputado Cezar Silvestri:

Num processo democrático onde cada Parlamentar pode discutir, argüir, defender as razões que o levaram a apresentar as suas Emendas, é de fundamental importância para o enriquecimento do Poder Legislativo.

Efetivamente, discutimos, fizemos várias reuniões preparatórias, hoje pela manhã uma audiência pública, onde todos aqueles que estavam presentes puderam questionar, discutir, debater, os parlamentares, e quero crer senhor presidente, que chegamos a um bom termo na solução da LDO, que nada mais é que a Lei das Diretrizes Orçamentárias.

Entendo, senhor presidente, se este for o entendimento de Vossa Excelência também, que esta repetição da palavra fundos no artigo 9º poderá ser corrigida na redação final, ou, se for o caso, faremos uma rasura, retificando imediatamente o texto da Lei.

Quero agradecer a compreensão de todos os deputados, da Situação e da Oposição, que em excelente nível discutiram e debateram, sem nenhum tipo de paixão, o que fortalece, em muito, o Poder Legislativo, a participação ativa dos deputados Hermes Fonseca, Nereu Moura, Cezar Silvestri, nosso Presidente, José Maria, enfim, todos que participaram, discutiram, debateram esta Lei de Diretrizes Orçamentárias e que juntamente com a Lei Orçamentária, que são leis de fundamental importância para preservar o Poder Legislativo. Independentemente de ser líder do Governo, eu sempre tenho me pautado na questão orçamentária, sempre procurando preservar a autonomia do Poder Legislativo, ao longo desses anos todos.

Razão pela qual, deputado Cezar Silvestri, ao longo de muitos anos a gente tem conseguido aprimorar a Lei Orçamentária, evitando delegações de poderes do Legislativo para o Executivo, exceto aquelas previstas constitucionalmente e aquelas que efetivamente visam garantir o pagamento dos servidores públicos em dia, dando todas as condições para que o Estado possa cumprir a sua finalidade.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Gostaria que, antes de o deputado Nereu Moura encaminhar, se fosse - porque nós estamos discutindo, não está em fase de votação ainda, essa alteração proposta por Vossa Excelência, que é presidente da Comissão, e pelo relator, fizesse a alteração, votássemos já com o texto que está sendo proposto por Vossa Excelência.

O SR. NEREU MOURA (Para Encaminhar)

Eu também, em nome do PMDB, quero elogiar o substitutivo ao projeto, a mensagem do governador Jaime

Lerner que encaminhou a esta Casa propondo, dispondo sobre as diretrizes para a elaboração do orçamento para o próximo período, para o próximo exercício. De fato, foi um momento aonde a democracia foi explicitada sobejamente e nós pudemos, naquilo que compreendemos, com a assessoria dos técnicos da Comissão de Orçamento, presidida brilhantemente pelo deputado Cezar Silvestri, elaborar um projeto de lei, um substitutivo buscando corrigir algumas questões que, no nosso entendimento, necessitavam de adequação, como no caso levantado pelo deputado Hermes Fonseca, obrigando o governo encaminhar para a Assembléia Legislativa o orçamento dos serviços sociais autônomos e aí compreende-se o EcoParaná, o Parana previdência, Parana educação, enfim, essas empresas que têm personalidade privada.

Esta é uma das maiores conquistas que nós estamos tendo, com a elaboração da LDO.

Por isso, senhor presidente, quero parabenizar a Comissão de Obras, pela maneira democrática como tratou esta questão. Acho que a Assembléia Legislativa está dando um grande passo para se firmar como Poder, efetivamente, representante do povo do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Em discussão. Como o referido projeto está em condições de ser votado, inclusive hoje a Comissão de Orçamento fez uma sessão pública, pela manhã, está em condições, o Plenário, de votar. Não sem antes registrar o agradecimento desta Presidência aos membros da Comissão, pelo brilhante trabalho.

Em votação, em 1ª Discussão, o Substitutivo Geral da Comissão de Orçamento.

Aprovado.

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 015/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 005/2001, que altera dispositivo do Estatuto da Polícia Civil do Estado do Paraná, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E SP. COM EMENDA DA CCJ E COM SUBSTITUTIVO GERAL DA SP. (Publ. no DA nº 002/2001, de 19/02/2001-Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 15/2001 INICIATIVA DO PODER EXECUTIVO

“Altera os dispositivos que especifica, da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982 (Estatuto da Polícia Civil do Estado do Paraná)

P A R E C E R :

Para exame desta Comissão, o Projeto de Lei Complementar nº 15/2001, oriundo de Mensagem Governamental

sob nº 05/2001, que visa alterar dispositivos do Estatuto da Polícia Civil do Estado do Paraná.

O projeto tem sua origem no resultado do trabalho da CPI do Narcotráfico, a qual conclui pela necessidade de mais agilidade e transparência nos processos administrativos da Polícia Civil, bem como mais rigor nas punições a policiais envolvidos em irregularidades, corroborando conclusões da Comissão Governamental, constituída por representantes de entidades, presidida pelo Secretário do Governo e que teve como relator o deputado que ora relata o presente parecer.

Como esclarece a Mensagem Governamental, o presente projeto de lei complementar decorre do resultado de estudos conjuntos das Secretarias de Estado da Segurança Pública, do Governo e Procuradoria Geral, em cujas conclusões optou-se pela alteração parcial do Estatuto da Polícia Civil e não a uma alteração abrangente que viesse atender os anseios da classe dos policiais civis conforme proposta da Comissão de Revisão do Estatuto da Polícia Civil, criada pela Resolução nº 68/2000, de 16 de maio de 2000, cujos membros integrantes foram escolhidos pessoalmente pelo Governador Jaime Lerner: Delegados: Almir Chagas Vilela, Hamilton Soares Canfield, Paulo José Brenny, Annibal Bassan Júnior, Marco Antonio Lagana e Antonio Aparecido Felício.

Na realidade, a alteração parcial que originou o projeto ora em exame por esta Comissão, visou tão somente a parte disciplinar, ou seja, a parte punitiva, deixando de lado o excelente e profícuo trabalho realizado pela Comissão de Alto Nível da Polícia Civil, nomeada pela resolução Governamental nº 68/2000, integrada pelos delegados acima mencionados. Esse documento sim, capaz de propiciar a essa Instituição a mudança moralizadora que pretende o Governo.

Não se preocupou a digna comissão, integrada pelos Secretários de Estado da Segurança do Governo e Procuradoria Geral do Estado, em dar a contrapartida, contemplando os policiais com salários dignos, melhores condições de trabalho e com o reaparelhamento da própria Instituição.

Examinando-se detidamente o projeto em tela, verifica-se que o mesmo incorre em algumas inconstitucionalidades, que a seguir serão elencadas. E ainda, discordando da mensagem governamental, entendemos que, caso o projeto de lei complementar em questão, venha a ser aprovado na sua forma original, inibirá as efetivas ações por parte dos policiais civis na luta diária contra o crime, acarretando prejuízos enormes com conseqüências imprevisíveis, não só no âmbito da Instituição Policial Civil, como à sociedade paranaense em seu todo.

Tratando-se de matéria por demais complexa e técnica, e altamente subjetiva, sentimos que faltou na elaboração da mesma a participação efetiva das principais entidades representativas das classes policiais civis de base. Conforme este relator tem conhecimento, em nenhum momento dos estudos ou elaboração do projeto, participaram ou foram ouvidos representantes das classes

dos investigadores de polícia, dos escrivães, dos datiloscopistas, dos identificadores datiloscópicos, operadores de telecomunicações e auxiliares de necropsia. O que, sem dúvida, veio contribuir para que o documento seja revestido de um rigor exacerbado nas penas previstas para as infrações.

O que se pretendia com a alteração do Estatuto da Polícia Civil era implementar normas mais rígidas que viesse a moralizar a Instituição, dando aos seus integrantes uma maior responsabilidade no desempenho da atividade policial. Todavia, o rigor das punições não é suficiente para proporcionar à comunidade a segurança que almeja e tem direito de usufruir. Como se poderá punir o policial, com suspensão de 60 a 90 dias - o que poderá acarretar demissão - como propõe o inciso XLIV, do artigo 213, que “omitir-se no zelo da integridade física ou moral dos presos, ou na sua guarda”, quando o mesmo, em desvio de função, é responsável pela guarda de 100, 150, ou mais presos confinados em cubículo que não cabe mais de 30 ou 40?

Ou ainda, como se pode punir um policial, com pena de suspensão de 2 a 10 dias, como propõe o inciso X do artigo 213, por “usar vestuário incompatível com o decoro da função...”, quando este recebe uma remuneração mensal irrisória, de 400, 500 ou 600 reais, insuficiente até para sua própria alimentação, quanto mais de uma família, com encargos, com moradia, saúde, educação dos filhos, água, luz, etc? Isto levando-se em conta que instituições congêneres, por exemplo a Polícia Civil de Brasília, que inicia a carreira de agentes de polícia e escrivão, com salário superior a três mil e quinhentos reais, ainda conferem aos policiais plano de saúde e auxílio moradia.

A Polícia Civil do Paraná, na questão salarial, é hoje a 14ª num paralelo com outros Estados da Federação, perdendo inclusive para os Estados do Nordeste. E mais, punir com demissão o policial que, como propugna o inciso LXIV do artigo 213, pelo fato de “deixar de acatar ou de cumprir ordens emanadas de autoridade competente”, quando a falta de estrutura da Instituição é uma constante (falta de pessoal, viatura, combustível, armamento, e outros equipamentos) seria uma punição injusta e até ilegal, por omissão e falha decorrente do próprio Estado.

Em razão de tópicos como os apontados, é que julgamos de todo conveniente que se procedesse a uma ampla análise e exame da matéria através de representantes de todas as classes da Polícia Civil. O que fizemos com a classe de delegados de polícia, escrivães, investigadores, datiloscopistas, com as entidades representantes destas, como Sindicato das Classes Policiais Cíveis do Estado do Paraná, União da Polícia Civil do Paraná, Associação dos Escrivães de Polícia do Estado do Paraná, Associação dos Investigadores de Polícia do Estado do Paraná e Associação dos Datiloscopistas e Identificadores Datiloscópicos do Estado do Paraná.

A proposta do governo foi exaustivamente analisada e discutida no seio das entidades supracitadas com este Relator. Do confronto desta com o estudo da Comissão de Revisão do Estatuto, nomeada pela Resolução Governamental nº 68/200, e legislação pertinente à matéria, este Relator conclui pela necessidade imperiosa de se proceder algumas alterações no projeto original, visando adequar o mesmo a mandamentos constitucionais e a alguns anseios das classes policiais, sempre tendo como meta a melhoria da qualidade do serviço de segurança pública no Estado.

Nessa linha, algumas alterações se fazem necessárias para que possa o mesmo seguir seu trâmite regimental, além de se recepcionar algumas das propostas da Comissão de Revisão do Estatuto, criada pela Resolução nº 68/2000, como outras que visam adaptar o Estatuto da Polícia Civil à legislação constitucional vigente, modernizando e profissionalizando a Instituição contrabalançando o rigor da proposta governamental com a instrumentalidade da missão constitucional que é conferida à Polícia Civil. Com mais medidas, este Relator procurou criar mecanismos, objetivando ao mesmo tempo dar condições à Corregedoria da Polícia Civil de bem cumprir seu mister estatutário e dar operacionalidade à Instituição. São medidas, enfim, que julgamos fundamentais para consecução dos objetivos governamentais de dar celebridade na aplicação das normas disciplinares. O que fazemos, dentro da competência desta Comissão, na forma das emendas a seguir elencadas.

Emenda nº 01 - Muda a nomenclatura da escola da Polícia Civil para “Escola Superior da Polícia Civil - ESPOL”.

Emenda nº 02 - Cria a figura do diretor da Escola Superior da Polícia Civil, adequando-se à proposta da Emenda nº 01.

Emenda nº 03 - Sem alterar o número de conselheiros no Conselho da Polícia Civil, conforme o projeto original, inclui um representante das classes policiais de base, aumenta-se a representação dos delegados - um sendo escolhido pelo Secretário da Segurança Pública e cinco eleitos entre os delegados ocupantes da classe mais elevada, para conferir isenção de órgãos e propiciar equilíbrio em suas decisões.

Emenda nº 04 - Suprime parte da redação do artigo 41 do Projeto, por ferir princípio constitucional da irretroatividade da lei.

Emenda nº 05 - Prevê que a falta dia-aula, corresponde a falta ao serviço, visando valorizar o policial aluno com aproveitamento máximo no Curso de Formação.

Emenda nº 06 - Altera algumas penalidades, considerando que os dispositivos estão revestidos de um rigor excessivo, diante das condições precárias que o Estado oferece hoje ao servidor e que poderão inibir a ação efetiva do policial no cumprimento do seu dever em defesa da sociedade.

Emenda nº 07 - Acresce a expressão “salvo motivo plenamente justificável”, visando primar pelo princípio da legalidade.

Emenda nº 08 - Adita a expressão “legais”, para que se evite o arbítrio da autoridade superior e que seja o policial desviado de suas funções estatutárias.

Emenda nº 09 - Suprime inciso que contraria dispositivo constitucional.

Emenda nº 10 - Suprime inciso que chocam-se com dispositivos da legislação penal e contrariam o próprio Estatuto que trata da mesma matéria em outro capítulo.

Emenda nº 11 - Cria a “RAIO” - Rede de Apoio, Informações e Operações no Âmbito da Corregedoria de Assuntos Internos da Polícia Civil.

Emenda nº 12 - Impede possível ligação e qualquer vínculo entre servidores da área de segurança pública e organizações ligadas a múltiplas atividades de jogos.

Emenda nº 13 - Evita a remoção arbitrária do policial civil de uma unidade para outra, que não seja por interesse público.

Emenda nº 14 - Acata dispositivo defendido pela Comissão de Revisão do Estatuto da Polícia Civil, criado por Resolução Governamental, criando no Quadro de Pessoal da Polícia Civil a 5ª classe da carreira de delegado de polícia, cumprindo disposição constitucional (art. 144, § 4º) que veda o exercício da função de autoridade policial por pessoas não integrantes da carreira de delegado.

Emenda nº 15 - Extingue a figura de “inspetor de quarteirão”, por se tratar de um elemento estranho ao quadro policial e contrariar preceitos penais e constitucionais.

Emenda nº 16 - Dispõe sobre a exigência de curso superior para o ingresso nas carreiras de escrivão de polícia, investigador de polícia, datiloscopista e identificador datiloscópico, visando qualificar e valorizar a Instituição.

Emenda nº 17 - Adapta às normas constitucionais, a função policial civil como de natureza perigosa.

Conclusão

Com as correções e adaptações de ordem legal e constitucional, e com a recepção de dispositivos retirados do Anteprojeto elaborado pela Comissão de Revisão do Estatuto da Polícia Civil, criada pela Resolução nº 68/2000 do Governo do Estado, em consonância com a profunda, exaustiva e detalhada análise e discussão, realizada em conjunto com os representantes das carreiras de base e de direção da Polícia Civil do Estado do Paraná, apresentamos Parecer em data de 15 do corrente.

Em razão do mesmo ter sido retirado para vistas, pelo nobre deputado Geraldo Cartário, voltamos à análise do projeto contando com a participação de todas as entidades representativas das classes policiais: delegados e de base. A emenda apresentada pelo deputado Geraldo cartário foi abrigada neste Parecer com a introdução do inciso “IV” (inclusão de um representante das carreiras

de base no Conselho da Polícia Civil). Sendo que essa alteração recebeu o aval dos delegados.

Atendendo estudo elaborado pela Secretaria da Segurança Pública, assinada pelo delegado Almir Vilela, retiramos emenda que restaurava a carreira de “comissário de polícia”. Em substituição, por sugestão das classes já citadas, e acatando sugestão da Comissão de Revisão do Estatuto da Polícia Civil, nomeada pelo Governador do Estado (Resolução nº 68/2000), cria-se no Quadro da Polícia Civil a 5ª classe como carreira inicial de delegado de polícia, objetivando a exclusão dos delegados leigos.

Finalmente, inseriu-se como emenda nº 04, a supressão de parte da redação do artigo 31 do Projeto original, por estar em desconformidade com a Constituição Federal, no que respeita ao princípio da irretroatividade da lei (Art. 5º, XL).

Isto posto, ressaltando que o presente Parecer tem o respaldo total das classes representativas da categoria policial civil - que com a mesma foi o projeto analisado a exaustão e cuidadosamente emanado, somos de parecer que o projeto de lei complementar em exame tem condições formais, legais e constitucionais de seguir seu trâmite regimental.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 22.05.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

Apoiamento:

Duílio Genari, Antonio Carlos Belinati, Eli Ghellere, Durval Amaral, José Maria Ferreira, Orlando Pessuti, Hidekazu Takayama e Edson Strapasson

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA Nº 01

MODIFICATIVA

A alínea “c” do inciso III, do artigo 5º, da Lei Complementar nº 14/82, de que trata o artigo 1º do Projeto de Lei Complementar 15/2001, passa a ter a seguinte redação:

“c - Escola Superior da Polícia Civil - ESPOL”.

Sala das Comissões, em 04.05.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

JUSTIFICATIVA:

A Escola de Polícia Civil - EPC é responsável pela formação e aperfeiçoamento para carreiras policiais (Delegado de Polícia, Médico, Legista, Químicos Legais, Toxicologistas e Peritos Criminais), cujo pré-requisito para ingresso é a diplomação acadêmica em nível superior (Direito, Medicina Química, Bioquímica, Farmácia, Economia, Ciências Contábeis, etc.), transformando-se os cursos ministrados na EPC em verdadeiros cursos de pós-graduação. Por este motivo, há necessidade de se adequar a nomenclatura da EPC à sua real dimensão.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA Nº 02
MODIFICATIVA

O inciso VII, do artigo 6º, da Lei Complementar nº 14/82, de que trata o artigo 2º, do Projeto de Lei Complementar 15/2001, passa a ter a seguinte redação:

“O Diretor da Escola Superior da Polícia Civil”.

Sala das Comissões, em 04.05.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

JUSTIFICATIVA:

Adequação da alteração proposta à alínea “c” do inciso III, do artigo 5º da Lei Complementar nº 14/82, de que trata o artigo 1º, do Projeto de Lei Complementar nº 15/2001.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA Nº 03
MODIFICATIVA

O artigo 2º, do Projeto de Lei Complementar nº 15/2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - O artigo 6º da Lei Complementar nº 14/82, de 26 de maio de 1982, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 6º - O Conselho da Polícia Civil, nos termos do artigo 47 § 2º, da Constituição do Estado do Paraná é órgão consultivo, normativo e deliberativo, para fins de controle do ingresso, ascensão funcional, hierarquia e regime disciplinar das carreiras policiais civis, sendo integrado pelos seguintes membros:

I - o Delegado Geral da Polícia Civil, como Presidente e membro nato;

II - o Corregedor Geral da Polícia Civil;

III - um delegado indicado pela Secretaria de Estado da Segurança Pública para representá-la;

IV - um policial civil de base, com formação jurídica indicado pelas entidades de classe, escolhido através de lista tríplice pelo Secretário de Estado da Segurança Pública.

V - cinco (5) membros eleitos pelos delegados dentre os delegados ocupantes da classe mais elevada.”

Sala das Comissões, em 04.05.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

JUSTIFICATIVA:

Na forma como disposto no Projeto de Lei Complementar nº 15/2001, o Conselho de Polícia Civil acaba tornando-se órgão representante unicamente da Secretaria da Segurança Pública, sem representar especificamente a Polícia Civil. Todos os membros componentes, de forma direta ou indireta, são pelo titular da Pasta da Segurança, indicados e nomeados. Para conferir isenção ao órgão e propiciar equilíbrio em suas decisões é preciso que se altere sua composição, incluindo a participação de representantes diretamente oriundos dos quadros funcionais da Polícia Civil. Seguindo o exemplo de outros

órgãos com competência assemelhadas existentes nas carreiras da Magistratura e do Ministério Público, sugere-se então a escolha de cinco membros eleitos na categoria dos delegados e um representante das carreiras de base com formação jurídica.

É importante que todos os membros do Conselho façam parte da corporação policial, e mais, da classe dos delegados, a fim de que tenham contato direto com a situação vivenciada, pelo que, deve o representante indicado para representar a Secretaria da Segurança, ser delegado pertencente aos quadros efetivos da Instituição.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA Nº 01
SUPRESSIVA

Suprima-se da redação constante do artigo 31 do Projeto de Lei Complementar nº 15/2001, o seguinte:

“...aplicando-se inclusive aos procedimentos disciplinares em andamento...”.

Sala das Comissões, em 04.05.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

JUSTIFICATIVA:

- A supressão é necessária para corrigir o absurdo jurídico que se estaria cometendo com a aprovação de um dispositivo que fere frontalmente a Constituição Federal. Se não vejamos: a nossa Lei Maior tem como um dos seus princípios basilares a irretroatividade da lei. Ou seja, a lei não retroage senão para beneficiar. No inciso XL, do artigo 5º da Constituição Federal, temos que:

“Art. 5º -...

XL - a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu”.

E ainda temos, no mesmo artigo, o inciso:

“XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.”

A supressão dessa excrescência jurídica constitucional, além de aperfeiçoar o presente Projeto de Emenda Constitucional, vai evitar futuras ações judiciais contra o Estado. Ressalte-se que seriam ações ganhas e, conseqüentemente, com ônus para o erário público.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA Nº 01
ADITIVA

O Art. 126 da lei Complementar nº 14/82, de que trata o artigo 9º do Projeto de Lei Complementar nº 15/2001, fica acrescido do parágrafo 6º, com seguinte redação:

“§ 6º - A falta a dia-aula nos Cursos a que esteja matriculado o Servidor, equivalerá, para todos os efeitos, à ausência ao serviço”.

Sala das Comissões, em 04.05.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

JUSTIFICATIVA:

Norma idêntica existe no parágrafo 1º, do artigo 213, da Lei Complementar 14/82, atualmente em vigor. Ocorre que com a alteração do referido dispositivo prevista no artigo 13 do Anteprojeto de Lei Complementar 15/2001, em razão da sistemática legislativa adotada, a norma acima deixou de existir, fato que poderá trazer problemas funcionais futuramente. O que justifica a necessidade da inclusão acima proposta.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA Nº 06

MODIFICATIVA

Os incisos I, II, VIII, XI, XII, XV, XVII, XXII, XXIX, XXXII, XXXVI, XLI, XLII, XLV, XLVI, XLVII, XLVIII, XLIX, L, LIII, LIX, LXI e LXII do Art. 213 da Lei Complementar nº 14/82, de que trata o Art. 13, do Projeto de Lei Complementar nº 15/2001, serão modificados com relação às penalidades que passarão de “demissão”, para “suspensão de 30 a 60 dias”.

Sala das Comissões, em 22.05.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

JUSTIFICATIVA:

Os dispositivos estão revestidos de um rigor excessivo, considerando-se as condições precárias que o Estado oferece hoje ao servidor policial, repartições e delegacias localizadas em prédios sem segurança e que, via de regra, não possuem sequer arquivos para guarda de documentos.

Seria injusto responsabilizar o policial civil, com pena de demissão, quando a culpa é do sistema estatal. Além do que, a pena “demissão”, é desproporcional em relação à falta cometida, bem como, na prática não se pode desconsiderar que funcionaria como inibidora da atuação policial.

Ressalte-se que não se está retirando do diploma legal os tipos de transgressão, mas tão somente abrandando a penalidade por ser a atividade policial de difícil execução, mormente quando paira o fantasma da punição, tanto na esfera penal como na administrativa. A penalidade máxima, a demissão ensejaria, no âmbito da Instituição policial, um profundo desconforto, inibindo a ação do policial, em detrimento da sociedade.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA Nº 07

ADITIVA

Acrescente-se ao final da redação dos incisos: XXVIII, XXIX, XXXVI e LV, do Art. 213 da Lei Complementar nº 14/82, de que trata o art. 13, do Projeto de Lei Complementar nº 15/2001, a seguinte expressão:

“...salvo motivo plenamente justificável”.

Sala das Comissões, em 04.05.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

JUSTIFICATIVA:

Os incisos em questão, ensejam situações em que motivo de força maior justifica o não cumprimento dos dispositivos elencados, inclusive considerando a falta de estrutura hoje existente na Polícia Civil e mais, impedindo o princípio da ampla defesa e do devido processo legal, um dos pilares da Constituição Federal.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA Nº 08

MODIFICATIVA

O inciso LXIV do Ar. 213, da Lei Complementar nº 14/82, de que trata o Art. 13, do projeto de Lei Complementar nº 15/2001, passa a ter a seguinte redação:

“LXIV - deixar de acatar ou de cumprir ordens legais emanadas de autoridade competente.

Penalidade - suspensão de dez a trinta dias”.

Sala das Comissões, em 04.05.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

JUSTIFICATIVA:

A falta da expressão “legais” inviabiliza o dispositivo, submetendo o policial de base aos caprichos da autoridade superior e a penalidade está revestida de rigor exagerado ferindo o disposto no Art. 5º, II, da Constituição Federal, que preceitua que “ninguém será obrigado a fazer, ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA Nº 09

SUPRESSIVA

Suprima-se no Art. 213 da Lei Complementar nº 14/82, de que trata o Art. 13 do Projeto de Lei Complementar nº 15/2001, o inciso XXXIII:

“XXXIII- provocar a paralisação, total ou parcial do serviço policial, ou dela participar”.

Sala das Comissões, em 04.05.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

JUSTIFICATIVA:

O Art. 9º da Constituição Federal assegura o direito de greve a todos os trabalhadores, assegurando-lhes “a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam, por meio dele, defender”.

Demitir um funcionário pelo fato dele estar exercitando um direito consagrado na Lei Maior, seria um retrocesso.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA Nº 10

SUPRESSIVA

Suprima-se do Artigo 230 da Lei Complementar nº 14/1982, de que trata o Art. 17, do Projeto de Lei Complementar nº 15/2001, os seguintes incisos:

“IV - Ameaça ou ofensa física contra superior hierárquico, funcionário ou particular”.

“V - Insubordinação grave em serviço”.
 “VI - Ineficiência ou desídia no serviço”.

Sala das Comissões, em 04.05.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

JUSTIFICATIVA:

O Art. 230 prevê, em 11 (onze) incisos os casos em que:

“A pena de demissão será aplicada, mediante prévio processo disciplinar, quando ainda se caracterizar...”, todavia, os incisos que se pretende a supressão ferem dispositivos legais, a seguir elencados:

- com relação ao inciso IV, a legislação penal já prevê punição: Código Penal: Arts. 147 e 129. Além do que, a ameaça e certas condutas configuradoras de ofensa física, a exemplo de lesão leve e lesão culposa, por força do que preceitua a Lei Federal nº 9099/95, está condicionada à representação do ofendido.

- Com relação ao inciso V, que trata da insubordinação grave em serviço, pode configurar como instrumento de arbítrio, por parte da autoridade Processante, em razão de não se ter com precisão critérios definidores do que seja insubordinação grave”.

- Com relação ao inciso VI, além de ser conceituação vaga e imprecisa e muito ampla, contraria o próprio Estatuto que já trata da matéria em diversos dispositivos, tais como, no Art. 213, incisos XIII, XXXIV, XXXVI, XXXVII, XL, quando prevê a punição para o caso de negligência ou desídia do servidor, com pena de suspensão de 30 a 60 dias.

Portanto, a supressão do inciso VI, evitará uma superposição de normas e o contra-senso de se punir ao mesmo tempo a “negligência e a desídia do servidor”, com pena de suspensão e, mais além, considerar como motivo de demissão.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA Nº 11

ADITIVA

Acrescente-se, dando nova redação ao *caput* do artigo 28 do Projeto de Lei Complementar nº 15/2001, o seguinte:

“Art. 28 - Ficam criadas na estrutura organizacional da Polícia Civil, a nível instrumental:

a) a Coordenação de Informática, com a competência descrita nos incisos de I a V do projeto;

b) a Rede de Apoio, Informações e Operação - RAI0, que terá por finalidade dar suporte tático operacional à Corregedoria de Assuntos Internos, sendo a esta subordinada.

Parágrafo Único - A RAI0 será composta por policiais civis que deverão receber armamento e equipamentos especiais, além do treinamento próprio e permanente na instituição de ensino da corporação, adequados para situações de alto risco que envolvam diligências diante de

policiais civis suspeitos da prática de crimes e infrações administrativas.

Sala das Comissões, em 04.05.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

JUSTIFICATIVA:

A criação da Coordenação de Informática foi tirada do Anteprojeto de Lei Complementar elaborado pela Comissão de Revisão do Estatuto da Polícia Civil e, a criação da RAI0, solicitada a este relator pelo atual delegado corregedor, terá por finalidade dar o suporte tático necessário à Corregedoria de Assuntos Internos. Composta por policiais treinados na instituição de ensino da corporação policial civil, com conhecimentos na área de operações especiais (entradas explosivas, rapel, contenção de suspeitos, tiro instintivo, etc.), terá armamento, equipamentos especiais para operações em situações de alto risco, onde haja envolvimento de policiais com o crime.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA Nº 12

ADITIVA

Adite-se ao artigo 211 da Lei Complementar nº 14/82, de que trata o artigo 11 do Projeto de Lei Complementar nº 15/2001, o seguinte inciso:

“IX - Colaborar, trabalhar ou participar, direta ou indiretamente de entidades associativas, empresas ou atividades de entretenimento e em locais que proporcionem jogos a qualquer título, salvo os que estejam compreendidos no âmbito do esporte e, nesse sentido, oficialmente reconhecidas.”

Sala das Comissões, em 04.05.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda é oriunda de solicitação da Presidência da Comissão de Revisão do Estatuto da Polícia Civil, criada pela Resolução Governamental nº 68/2000 e, para embasá-la, nos valem da justificativa que acompanha a solicitação para sua inclusão neste Parecer como Emenda Aditiva. Diz a justificativa:

“Alguns sutis indiciários estão procurando demonstrar uma possível ligação e um vínculo perigosamente alarmante entre servidores da área de segurança pública e organizações ligadas a múltiplas atividades de jogos.

A sintomatologia já foi revelada em outros países, objeto de Comissões Parlamentares em os quais os nefastos efeitos vieram à tona. Há uma busca de locais de atuação funcional onde os sistemas de plantão de 12 ou 24 horas oferecidos proporcionam um longo tempo para oportunizar trabalhos aparentemente secundários com complementares, mas que, na continuidade e pelo nível de percepção pecuniária superam o cargo originário.

Assim as principais funções de servir o cidadão e proteger a comunidade passam a um plano secundário, na

verdade, uma atividade aleatória, descompromissada mas útil pela associação praticada dos encargos.

A contaminação da aplicação da lei com a ilicitude é vital para desacreditar a confiança nas administrações públicas e governantes.”

Acrescentamos que os baixos salários pagos pelo governo aos servidores da Polícia Civil concorrem para que este, ao procurar melhorar seu orçamento, acabe ligando-se a atividades perigosas, como os jogos. O dispositivo virá coibir essa situação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA Nº 13
MODIFICATIVA

Inclua-se, onde couber no Projeto de Lei Complementar nº 15/2001, o seguinte artigo:

“Art. ... - Os incisos I e II, do artigo 39 da Lei Complementar nº 14/82, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 39 - ...

I - pedido escrito do servidor policial civil interessado;

II - interesse do serviço policial, desde que devidamente fundamentado, ou por conveniência da disciplina, neste último caso, mediante prévia sindicância.”

Sala das Comissões, em 04.05.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ALGACI TULIO - Relator

JUSTIFICATIVA:

A medida se impõe para adequar o diploma legal (Estatuto da Polícia Civil) ao princípio da legalidade previsto no artigo 37 da Constituição Federal, bem como de princípio administrativo que exige a fundamentação dos atos administrativos, eliminando-se eventual arbítrio da autoridade pública, que venha a ferir o interesse público.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA Nº 14
ADITIVA

Inclua-se onde couber no Projeto de Lei Complementar nº 15/2001, o seguinte artigo:

“Art. ... - Fica criada no Quadro de Pessoal da Polícia Civil a 5ª Classe, inicial, da carreira de delegado de Polícia.

Parágrafo Único - A atual remuneração fixada para a classe inicial da carreira de delegado de polícia, fica mantida para os integrantes da nova classe, criada pela presente lei, observando a diferença de 5% (cinco por cento) da remuneração de uma para outra classe.

Sala das Comissões, em 22.05.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ALGACI TULIO - Relator

JUSTIFICATIVA:

A Comissão de Revisão do Estatuto da Polícia Civil, nomeada pelo senhor governador do Estado, através da Resolução 068/2000, de 16.05.2000, presidida pelo senhor secretário do Governo, Cid Campêlo Filho,

sabidamente, incluiu o dispositivo acima entre as alterações previstas para o novo Estatuto da Polícia Civil. Por motivos que desconhecemos, deixou esse tão importante trabalho de ser acatado pelo Governo, o qual optou por aproveitar sugestões com relação a parte disciplinar. Como justifica a própria Comissão de Revisão, na “Exposição de Motivos” no Anteprojeto de Lei Complementar que:

“Remanesce a questão ligada ao preenchimento de Delegacia de Polícia até então não compreendidas na estrutura paralela da Organização Judiciária do Estado, e que são ocupadas por cidadãos ocupantes de cargos em comissão denominados de assistentes de segurança. A tradição viciosa, irregular, se não absolutamente ilegal do exercitamento desses *munus* deverá ser equacionada erigindo-se na base da pirâmide da carreira, a 5ª classe.”

Essa medida virá contribuir sobremaneira para moralizar a Instituição junto à população, Poder Judiciário e ao Ministério Público. Com isso evitar-se-á que pessoas, que não possuem os mais ínfimos conhecimentos da lei e do Direito, venham a exercer a função de autoridade policial. Como, aliás, já preconiza o § 4º do artigo 144 da Constituição Federal, que não deixa dúvidas de que a função da autoridade policial é privativamente exercida por delegado de polícia de carreira, o qual dispõe:

“Art. 144 - ...

§ 4º - Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e apuração de infrações penais, exceto as militares.”

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA Nº 15
SUPRESSIVA

Inclua-se onde couber no Projeto de Lei Complementar nº 15/2001, o seguinte artigo:

“Art. ... - Suprima-se o inciso III do artigo 9º, da Lei Complementar nº 14/82.”

Sala das Comissões, em 04.05.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ALGACI TULIO - Relator

JUSTIFICATIVA:

A supressão do inciso III do artigo 9º, da Lei Complementar nº 14/82, dá-se em decorrência da necessidade da extinção da figura do “Inspetor de Quarteirão”, por contrariar norma constitucional - artigo 37, II da CF que preceitua:

“A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarada em lei de livre nomeação e exoneração.”

Além do que há a evidente usurpação de função pública, crime previsto no Código Penal Brasileiro e, o que é mais grave, atribui função policial a quem não possui formação técnico-profissional, colocando em risco a

sociedade. Para que não ocorram episódios como o do estudante Rafael Zanella, é de bom alvitre que se elimine definitivamente, do âmbito da Polícia Civil, a figura do “inspetor de quarteirão”, impedindo dessa forma que pessoas despreparadas e sem capacitação profissional executem tarefas exclusivas de policiais.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA Nº 16

ADITIVA

Inclua-se onde couber, no Projeto de Lei Complementar nº 15/2001, o seguinte artigo:

“Art. ... - Adite-se ao artigo 15 da Lei Complementar nº 14/82, o seguinte:

Parágrafo Único - O ingresso nas carreiras de escrivão de polícia, investigador de polícia, datiloscopista e identificador datiloscópico, somente dar-se-á com a comprovação de escolaridade de terceiro grau ou equivalente.”

Sala das Comissões, em 04.05.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

JUSTIFICATIVA:

Dentro do espírito da Mensagem Governamental, que teve por base a proposta da Comissão de Revisão do Estatuto da Polícia Civil, no que respeita ao projeto em exame vir a possibilitar condições para reformulação de alguns conceitos que venham a permitir melhor desempenho no exercício da atividade policial, seguindo o exemplo de outros Estados da Federação, como Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Espírito Santo, Goiás, Rio de Janeiro, Brasília, entre outros, que já implantaram como requisito para o ingresso nos quadros da Polícia Civil, a escolaridade de terceiro grau, entendemos como necessário o requisito em questão para a Polícia Civil do Paraná.

O projeto em exame cria uma nova cultura policial, combinando eficiência e conhecimento, no combate à criminalidade e na defesa da ilegalidade democrática. Como previsto no Anteprojeto de Lei Complementar apresentado pela comissão citada, a exigência do terceiro grau para as classes especificadas, trará, com certeza, reflexos altamente positivos para a imagem do setor de segurança pública do Estado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA Nº 17

ADITIVA

Inclua-se onde couber na Lei Complementar nº 14/82, de que trata o Projeto de Lei Complementar nº 15/2001, o seguinte artigo:

“Art. ... - A função policial civil é considerada perigosa, com prejuízos à saúde e à integridade física, e de natureza eminentemente técnica especializada, para todos os efeitos legais.”

Sala das Comissões, em 04.05.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

JUSTIFICATIVA:

O Anteprojeto de Lei Complementar elaborado pela Comissão nomeada pela Resolução do Governo do Estado, nº 68/2000, no Capítulo “Das Disposições Gerais” inclui o dispositivo ora proposto que, entendemos, não poderia faltar neste parecer, para integrar o Estatuto da Polícia Civil, sob pena de invalidar o presente documento de vez que não há como se prever punições para uma função que não tenha clara a sua definição. A esse propósito citamos a Constituição Federal que, em seu artigo 39, § 1º, que, para os requisitos de que dispõe, elenca “a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira”, como também leva em conta as peculiaridades dos cargos.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

SUBSTITUTIVO GERAL AO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 15/2001

Art. 1º - O artigo 5º da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“São unidades da Polícia Civil:

I - A nível de Direção:

- a) Departamento da Polícia Civil;
- b) Conselho da Polícia Civil;
- c) Corregedoria Geral da Polícia Civil.

II - A nível de assessoramento:

- a) Secretaria Executiva;
- b) Assessoria Técnica.

III - A nível instrumental:

- a) Divisão de Infraestrutura;
- b) Coordenação de Informática;
- c) Escola Superior de Polícia Civil;
- d) Grupos Auxiliares.

IV - A nível de execução:

- a) Divisões Policiais;
- b) Centro de Operações Policiais Especiais;
- c) Instituto Médico Legal;
- d) Instituto de Criminalística;
- e) Instituto de Identificação;
- f) Subdivisões Policiais;
- g) Delegacias Regionais;
- h) Delegacias de Polícia;
- i) Subdelegacias de Polícia;
- j) Outras unidades policiais civis auxiliares”.

Art. 2º - O artigo 6º da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 6º - O Conselho da Polícia Civil, nos termos do artigo 47, § 2º, da Constituição do Estado do Paraná, é órgão consultivo, normativo e deliberativo, para fins de controle do ingresso, ascensão funcional, hierarquia e regime disciplinar das carreiras policiais civis, sendo integrado pelos seguintes membros:

I - o delegado geral da Polícia Civil, como presidente e membro nato;

II - o delegado geral adjunto da Polícia Civil, como vice-presidente e membro nato;

III - pelo corregedor geral da Polícia Civil;

IV - o Diretor da Escola Superior de Polícia;

V - por dois representantes da Secretaria de Estado da Segurança Pública, de reconhecido saber jurídico e experiência administrativa, na área de Segurança Pública;

VI - três (03) membros eleitos pelos delegados dentre os delegados ocupantes da classe mais elevada;

Parágrafo Único - O prazo máximo para permanência no Conselho, dos membros previstos nos incisos V e VI, será de dois anos.

Art. 3º - O parágrafo Único do artigo 6º da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Ao Conselho da Polícia Civil do Estado do Paraná compete:

I - deliberar sobre as questões que lhe forem submetidas pelo delegado geral de Polícia Civil;

II - zelar pela observância dos princípios e funções da Polícia Civil do Estado do Paraná;

III - aprovar regimentos internos das unidades policiais civis e outros atos normativos que definam a atuação da Instituição;

IV - propor medidas de aprimoramento técnico-profissional, visando ao desenvolvimento e a eficiência da organização policial civil;

V - pronunciar-se sobre matéria relevante, concernente a funções, princípios e condutas funcionais ou particulares do policial civil que resultem em reflexos à Instituição;

VI - examinar e avaliar as propostas das unidades administrativas da Polícia Civil do Estado do Paraná, em função dos planos e programas de trabalho previsto para cada exercício financeiro;

VII - analisar e avaliar programas e projetos atinentes à expansão de recursos humanos;

VIII - determinar, com exclusividade, a instauração de processos administrativos, disciplinares contra servidores policiais civis;

IX - proceder ao julgamento, como instância originária, dos processos disciplinares instaurados contra autoridades policiais civis;

X - deliberar sobre a remoção de delegados de polícia, no interesse do serviço policial, observadas as disposições desta lei;

XI - deliberar sobre proposta de criação e extinção de cargos e de unidades administrativas no âmbito da Polícia Civil do Estado do Paraná;

XII - deliberar sobre a promoção por merecimento do policial, por ato de bravura e *post mortem* e para proposição de comendas previstas em lei, conforme dispuser o regulamento;

XIII - deliberar, conclusivamente, sobre a indenização, promoção ou pensão especial decorrente de enfermidade ou morte em virtude de serviço ou do exercício da função;

XIV - compor, mediante sorteio, as Câmaras Disciplinares;

XV - exercer outras atribuições previstas em lei”.

§ 1º - Serão constituídas Câmaras Disciplinares, compostas, cada uma delas, por duas autoridades policiais designadas mediante sorteio, pelo Conselho da Polícia Civil e presididas por um membro deste colegiado, ao qual não concorrerão os seus presidente e vice-presidente, com a atribuição de apreciar e julgar os procedimentos administrativos disciplinares instaurados contra agentes e auxiliares da autoridade policial, deliberando sobre a aplicação das penas.

§ 2º - As deliberações do Conselho da Polícia Civil e das Câmaras Disciplinares serão aprovadas por maioria simples de votos, nominais e justificados, em sessões públicas, nas questões disciplinares.

§ 3º - Os mandatos dos presidentes e membros das Câmaras Disciplinares serão de um ano, podendo ser reconduzidos por igual período.

§ 4º - Sempre que houver proposta da autoridade disciplinar pela aplicação das penas de demissão, cassação de aposentadoria e disponibilidade, os autos serão levados a julgamento em sessão plenária do Conselho da Polícia Civil.

§ 5º - Quando a Câmara entender pela aplicação das penas de demissão, cassação de aposentadoria e disponibilidade, divergindo da proposição da autoridade disciplinar, encaminhará recurso *ex-officio* ao Conselho da Polícia Civil.

§ 6º - Os procedimentos administrativos disciplinares serão distribuídos equitativamente entre as Câmaras por sorteio, perante os seus respectivos presidentes, em sessão aberta.

Art. 4º - O artigo 37 da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, modificado pela Lei Complementar nº 84, de 03 de agosto de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 37 - Estágio probatório é o período de três anos de efetivo exercício no cargo, a contar da data do início deste, durante o qual são apurados os requisitos necessários à confirmação ou não do servidor policial no cargo efetivo para o qual foi nomeado.

§ 1º - Os requisitos de que trata este artigo são os seguintes:

I - aprovação em curso de formação técnico-profissional específico ministrado pela Escola Superior de Polícia Civil;

II - idoneidade moral;

III - assiduidade;

IV - disciplina;

V - eficiência e produtividade; e

VI - dedicação às atividades policiais.

§ 2º - O boletim de avaliação sobre a conduta do servidor policial civil durante o estágio probatório deve ser elaborado, periodicamente, a contar do início do exercício, pelos delegados chefes de Divisões e Corregedoria, na Capital, e, no interior do Estado, pelos delegados subdivisionais e corregedores de área, na forma do regulamento.

§ 3º - Quando o servidor policial civil em estágio probatório não preencher quaisquer dos requisitos enumerados no § 1º deste artigo, caberá à autoridade avaliadora, sob pena de responsabilidade funcional, provocar, perante o corregedor de assuntos internos, a instauração de sindicância para sua confirmação ou não no cargo.

§ 4º - Para os fins previstos no parágrafo anterior, será especialmente designada Comissão de Sindicância pela Corregedoria Geral da Polícia Civil, para apurar o descumprimento dos requisitos do estágio probatório, observando-se o rito estabelecido no artigo 241 e seguintes desta lei”.

Art. 5º - O inciso II do artigo 39 da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 39 - ...

II - de ofício, em circunstâncias reconhecidamente urgenciadas e na solução de problemas emergenciais das áreas policial e administrativa, e de iniciativa indistintamente do secretário de Segurança Pública e Conselho da Polícia Civil, com prevalência do primeiro.”

Art. 6º - O artigo 45 da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 45 - O servidor policial civil só poderá ser promovido, por merecimento, da classe inicial da carreira a que pertencer para a classe imediatamente superior, se tiver prestado serviços em unidades policiais do interior, por um período não inferior a 03 (três) anos.”

Art. 7º - O artigo 46 da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 46 - As listas de indicação de policiais civis para a promoção serão organizadas pelo Conselho da Polícia Civil, ouvindo-se, previamente, a Corregedoria Geral da Polícia Civil”.

Art. 8º - O artigo 115 da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 115 - Os elogios e as dispensas do serviço deverão ser fundamentadamente propostos e homologados pelo Conselho da Polícia Civil, ouvindo-se, previamente, a Corregedoria Geral da Polícia Civil.”

Art. 9º - Os artigos 125 e 126 da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 125 - São estáveis, após três anos de exercício, os servidores nomeados por concurso.”

“Art. 126 - O servidor policial civil somente perderá o cargo:

I - quando estável, em virtude de sentença judiciária ou processo disciplinar que haja concluído pela sua demissão, depois de lhe haver sido assegurada ampla defesa;

II - em estágio probatório, quando nele não confirmado, em decorrência do procedimento administrativo de que trata o artigo 37, §§ 3º e 4º, desta lei;

III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma da lei complementar federal, assegurada ampla defesa.

§ 1º - Invalídada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

§ 2º - Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

§ 3º - Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão constituída pelo Conselho da Polícia Civil para essa finalidade.

§ 4º - Será eliminado do curso de formação e exonerado do cargo, o servidor policial civil que esteja em estágio probatório que for reprovado em qualquer disciplina constante da grade curricular, ou não registrar frequência mínima de 90% (noventa por cento) às atividades escolares.

§ 5º - Também será eliminado do curso e exonerado do cargo, o servidor policial civil que esteja em estágio probatório e que não atingir percentual igual a 90% (noventa por cento) dos trabalhos relativos às aulas e atividades escolares, em cursos de treinamento, aperfeiçoamento e especialização ministrados pela Escola Superior de Polícia Civil, para os quais tenham sido matriculados compulsoriamente.”

Art. 10 - O inciso VIII, do artigo 210 da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 210 - São deveres do servidor policial civil:

...

VIII - providenciar para que esteja sempre em ordem, no assentamento individual, a sua declaração de família e a declaração de bens, junto ao setor competente, atualizadas anualmente;

...”

Art. 11 - O artigo 211 da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 211 - É vedado ao servidor policial civil:

I - quebrar o sigilo de assunto policial e de segurança, de modo a prejudicar o andamento de investigações ou outros trabalhos policiais ou de segurança;

II - retirar, modificar ou substituir, sem prévia autorização da autoridade competente, qualquer documento de unidade policial, com o fim de criar direitos ou obrigações ou de alterar a verdade dos fatos;

III - valer-se de sua qualidade de servidor policial civil, para melhor desempenhar atividades estranhas ou incompatíveis às funções, ou para lograr proveito direta ou indiretamente, por si ou por interposta pessoa, em detrimento da dignidade do cargo ou função;

IV - exigir, receber propinas, comissões, presentes ou vantagens de qualquer espécie, em razão do cargo ou função;

V - cometer a pessoa estranha ao serviço policial civil, o desempenho de encargos que lhe competirem ou a seus subordinados;

VI - expedir credenciais para terceiros desempenharem funções privativas da Polícia Civil;

VII - coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se à associação profissional ou sindical, ou a partido político;

VIII - manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau.”

Art. 12 - O artigo 212 da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 212 - São transgressões disciplinares todas as ações ou omissões contrárias ao dever funcional ou expressamente proibidas, cometidas pelo servidor policial civil, não especificadas nesta lei.

Penalidade: advertência, repreensão ou suspensão de dois a dez dias.”

Art. 13 - O artigo 213 da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 213 - São, especificamente, transgressões disciplinares:

I - referir-se de modo depreciativo às autoridades e a atos da administração pública, qualquer que seja o meio empregado para esse fim, salvo quando em trabalho assinado apreciando atos dessas autoridades, sob o ponto de vista doutrinário com ânimo construtivo;

Penalidade: suspensão de até sessenta dias;

II - divulgar fatos ocorridos na repartição ou propiciar-lhes a divulgação, bem como, referir-se, desrespeitosamente e depreciativamente às autoridades e atos da administração, salvo a hipótese da parte final do inciso anterior;

Penalidade: suspensão de até sessenta dias;

III - divulgar os assuntos policiais e de segurança, de modo a prejudicar o andamento de investigações ou outros trabalhos policiais, e quebrar o sigilo sobre planos, dispositivos de segurança ou recursos disponíveis, sem prévia autorização superior;

Penalidade: demissão;

IV - dar, ceder ou entregar insígnia, cédula de identidade funcional ou porta documento oficial, a quem não exerça cargo policial;

Penalidade: demissão;

V - divulgar boatos ou notícias tendenciosas;

Penalidade: suspensão de dez a trinta dias;

VI - deixar de ostentar, quando exigido para o serviço, ou exibir desnecessariamente arma, distintivo ou algema;

Penalidade: suspensão de dez a trinta dias;

VII - deixar de identificar-se quando solicitado ou quando as circunstâncias o exigirem;

Penalidade: suspensão de trinta a sessenta dias;

VIII - indispor funcionários contra seus superiores hierárquicos ou provocar velada ou ostensiva animosidade entre os servidores policiais civis;

Penalidade: suspensão de até sessenta dias;

IX - deixar de exercer a autoridade compatível à sua classe, cargo ou função;

Penalidade: suspensão de dois a dez dias;

X - usar vestuário incompatível com o decoro da função ou descuidar de sua aparência física ou de asseio;

Penalidade: suspensão de dois a dez dias;

XI - manter relações de amizade, exibir-se em público habitualmente com pessoas de má reputação, salvo em razão do serviço;

Penalidade: demissão;

XII - praticar ato que importe em escândalo, comoção social ou que concorra para comprometer a instituição ou função policial;

Penalidade: suspensão de até sessenta dias;

XIII - portar-se sem compostura em lugar público;

Penalidade: suspensão de dez a trinta dias;

XIV - exigir ou receber propinas, comissões, presentes ou auferir vantagens e proveitos pessoais de qualquer espécie e sob qualquer pretexto, em razão das atribuições do cargo que exerce;

Penalidade: demissão;

XV - retirar, sem prévia autorização de autoridade competente, qualquer documento oficial ou bem patrimonial;

Penalidade: demissão;

XVI - cometer a pessoa estranha à repartição, o desempenho de encargos que lhe competirem ou a seus subordinados;

Penalidade: demissão;

XVII - valer-se do cargo com fim ostensivo ou velado, de obter proveito de natureza político-partidária, para si ou terceiros;

Penalidade: suspensão de até sessenta dias;

XVIII - participar da gerência ou administração de empresa, qualquer que seja a sua finalidade;

Penalidade: demissão;

XIX - exercer comércio ou participar de sociedade comercial, salvo como acionista, cotista ou comanditário;

Penalidade: demissão;

XX - praticar usura, em qualquer de suas formas;

Penalidade: demissão;

XXI - pleitear, como procurador, ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de vencimentos, vantagens e proventos de parentes até segundo grau;

Penalidade: suspensão de dez a trinta dias;

XXII - faltar com a verdade no exercício de suas funções;

Penalidade: suspensão de até sessenta dias.

XXIII - utilizar-se do anonimato para fins ilícitos.

Penalidade: demissão;

XXIV - tomar parte em jogos proibidos, ou jogar os permitidos, em recinto policial, de modo a comprometer a dignidade funcional;

Penalidade: suspensão de até sessenta dias;

XXV - deixar de comunicar, imediatamente, à autoridade competente, faltas ou irregularidades que haja presenciado ou de que tenha tido ciência;

Penalidade: suspensão de dois a dez dias;

XXVI - deixar, por indulgência, de levar ao conhecimento da autoridade competente, tão logo tenha ciência do fato, a ocorrência de falta funcional praticada por servidor que lhe seja subordinado;

Penalidade: suspensão de até sessenta dias;

XXVII - deixar de assumir no prazo legal, a função para a qual foi designado;

Penalidade: suspensão de até sessenta dias;

XXVIII - deixar de comunicar à autoridade competente, ou a que esteja substituindo, informação que tiver de iminente perturbação da ordem pública ou da boa marcha de serviço, tão logo disso tenha conhecimento;

Penalidade: suspensão de até sessenta dias;

XXIX - dificultar ou deixar de levar ao conhecimento da autoridade competente, por via hierárquica e em vinte e quatro horas, queixa, representação, petição, recurso ou documento que houver recebido, se não estiver na sua alçada resolvê-los;

Penalidade: suspensão de até noventa dias;

XXX - negligenciar parte, queixa, representação ou procedimentos administrativos ou criminais;

Penalidade: suspensão de trinta a sessenta dias;

XXXI - enunciar, falsa ou tendenciosamente, parte, queixa ou representação;

Penalidade: suspensão de até sessenta dias;

XXXII - aconselhar ou concorrer para não ser cumprida qualquer ordem legal de autoridade competente;

Penalidade: suspensão de até sessenta dias;

XXXIII - trabalhar mal, com negligência, em detrimento do serviço;

Penalidade: suspensão de trinta a sessenta dias;

XXXIV - permutar o serviço, sem expressa permissão da autoridade competente;

Penalidade: suspensão de dois a dez dias;

XXXV - não comparecer ou abandonar o serviço para o qual haja sido especialmente designado;

Penalidade: suspensão de sessenta a noventa dias;

XXXVI - faltar ou chegar atrasado ao serviço, ou deixar de participar, com antecedência, à autoridade a que estiver subordinado, a impossibilidade de comparecer à repartição, salvo motivo plenamente justificável;

Penalidade: suspensão de dez a trinta dias;

XXXVII - não se apresentar, sem justo motivo, ao fim de licença de qualquer natureza, férias ou dispensa de serviço, ou ainda, depois de qualquer delas foi interrompida por ordem legal e superior;

Penalidade: suspensão de dez a trinta dias;

XXXVIII - atribuir-se a qualidade de representante de qualquer repartição da Secretaria de Segurança Pública ou de seus dirigentes, sem estar expressamente autorizado;

Penalidade: suspensão de dois a dez dias;

XXXIX - deixar de portar sua credencial oficial;

Penalidade: suspensão de dois a dez dias;

XL - fazer uso indevido da arma;

Penalidade: suspensão de até sessenta dias;

XLI - praticar violência desnecessária e desproporcional no exercício da função policial;

Penalidade: demissão;

XLII - permitir, por ação ou omissão, que presos conservem em seu poder objetos que possam causar danos nas dependências a que estejam recolhidos, ou produzir lesões em terceiros;

Penalidade: suspensão de até sessenta dias;

XLIII - omitir-se no zelo da integridade física ou moral dos presos, ou na sua guarda;

Penalidade: suspensão de até sessenta dias;

XLIV - concorrer de qualquer forma para defesa de interesse de pessoa custodiada ou presa, fora dos casos previstos em lei;

Penalidade: suspensão de até sessenta dias;

XLV - desrespeitar ou procrastinar o cumprimento de ordem de autoridade superior;

Penalidade: suspensão de até sessenta dias;

XLVI - dirigir-se, referir-se, portar-se ou apresentar-se perante seus superior, de modo desrespeitoso ou sem a observância do princípio hierárquico;

Penalidade: suspensão de até sessenta dias;

XLVII - ensejar a divulgação de documentos ou peças oficiais, sem autorização expressa da autoridade competente;

Penalidade: suspensão de até sessenta dias;

XLVIII - dar-se ao vício da embriaguez ou vícios de drogas lícitas ou ilícitas e negar-se à submissão ao exame clínico para comprovação e tratamento.

Penalidade: demissão;

XLIX - acumular cargos públicos, ressalvadas as exceções previstas nesta lei;

Penalidade: demissão;

L - deixar, sem justa causa, de submeter-se a inspeção médica determinada pela lei ou pela autoridade competente;

Penalidade: suspensão de até sessenta dias;

LI - deixar de concluir, nos prazos legais, sem justo motivo, procedimentos investigatórios ou disciplinares ou quanto a estes últimos, negligenciar no cumprimento das obrigações que lhe são inerentes, apresentando conclusão não compatível com a prova dos autos;

Penalidade: suspensão de sessenta a noventa dias;

LII - prevalecer-se da condição de servidor policial civil;

Penalidade: suspensão de dez a trinta dias;

LIII - negligenciar a utilização e guarda de objetos pertencentes à repartição policial ou que em decorrência da função ou para o seu exercício lhe hajam sido confiados, possibilitando que os danifiquem ou extraviem;

Penalidade: suspensão de até sessenta dias;

LIV - omitir ou declarar falsamente conceito sobre servidor policial civil em regime de estágio probatório;

Penalidade: demissão;

LV - dar causa, intencionalmente, ao extravio ou danificação de objetos, livros, material de expediente, pertencentes à repartição policial e que estejam confiados à sua guarda ou não;

Penalidade: demissão;

LVI - deixar de comunicar imediatamente ao juiz competente, a prisão em flagrante de qualquer pessoa;

Penalidade: suspensão de até sessenta dias;

LVII - levar à prisão e nela conservar quem quer que se proponha a prestar fiança permitida em lei;

Penalidade: demissão;

LVIII - cobrararceragem, custas, emolumentos ou qualquer outra despesa, não autorizada em lei;

Penalidade: demissão;

LIX - praticar ato lesivo à honra ou ao patrimônio de pessoa natural ou jurídica, com abuso ou desvio de poder;

Penalidade: demissão;

LX - atentar, com abuso de autoridade ou prevalecendo-se dela, contra a inviolabilidade de domicílio;

Penalidade: demissão;

LXI - favorecer ou prejudicar alguém por evidente má fé, no preenchimento de boletins de merecimento, ou retardar o andamento de papéis de promoção;

Penalidade: suspensão de trinta a sessenta dias;

LXII - deixar de acatar ou de cumprir ordens emanadas de autoridade competente;

Penalidade: suspensão de até trinta dias;

LXIII - recusar-se ilegitimamente, a aceitar encargos inerentes ao cargo ou à classe, para os quais foi designado, salvo as funções de confiança ou as exceções previstas em lei;

Penalidade: suspensão de até sessenta dias;

LXIV - recorrer pessoalmente ou por pessoas interpostas a terceiros com o propósito de auferir vantagens ou postular designações, remoções, licenças e promoções em desacordo com as normas regulamentares ou regimentais, ou ainda, superpondo-se às autoridades diretamente responsáveis e ao interesse administrativo.

Penalidade: suspensão de dois a dez dias”.

Art. 14 - O artigo 220 da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 220 - Cabe à autoridade policial responsável pelo serviço comunicar, desde logo, à unidade competente as faltas disciplinares cometidas por policiais militares postos à sua disposição em função do serviço executado, sem prejuízo das medidas penais aplicáveis.

Parágrafo Único - A configuração e graduação da pena disciplinar, de acordo com os regulamentos específicos de cada unidade, caberão ao chefe hierárquico do transgressor que sobre este tenha competência disciplinar.”

Art. 15 - O artigo 224 da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, com as modificações introduzidas pela Lei Complementar nº 84, de 03 de agosto de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 224 - São circunstâncias que atenuarão a pena, salvo nos casos de demissão:

I - haver o transgressor procurado diminuir as consequências da falta, ou haver, antes da aplicação desta, reparado o dano;

II - haver o transgressor confessado espontaneamente a falta perante a autoridade sindicante ou processante, de modo a facilitar a apuração daquela.”

Art. 16 - O artigo 227 da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, com as modificações introduzidas pela Lei Complementar nº 84, de 03 de agosto de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 227 - A pena de suspensão, não excederá de noventa dias.

§ 1º - por conveniência do serviço policial, assim entendido pelo Conselho da Polícia Civil, a pena de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 1/3 do salário, desde que primário o servidor policial civil, obrigado, neste caso, a permanecer no serviço.

§ 2º - Quando a pena de suspensão for convertida em multa, na forma do parágrafo anterior, o servidor policial civil não conta o tempo de período de suspensão para nenhum efeito.”

§ 3º - a pena de suspensão, implica na retirada da arma e da insígnia do policial durante o prazo da mesma.

Art. 17 - O artigo 230 da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, com as modificações introduzidas

pela Lei Complementar nº 84, de 03 de agosto de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 230 - A pena de demissão será aplicada, mediante prévio processo disciplinar, quando ainda se caracterizar:

I - crime contra os costumes ou contra o patrimônio e que, por sua natureza e configuração sejam considerados como infamantes, tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes, ou que determinem dependência física ou psíquica de modo a incompatibilizar o servidor policial civil, para o exercício da função ou cargo, ou que sejam considerados hediondos;

II - crime contra a administração pública;

III - lesão aos cofres públicos e dilapidação ao patrimônio estadual;

IV - ameaça ou ofensa física contra superior hierárquico, funcionário ou particular;

V - revelação do segredo que o servidor policial civil conhece em razão do cargo ou função;

VI - abandono de cargo, como tal entendida a ausência comprovada ao serviço, sem justa causa, por trinta dias consecutivos;

VII - ausência comprovada ao serviço, sem causa justificada, por mais de quarenta e cinco dias, não consecutivos, no período de um ano;

VIII - propiciar ou possibilitar internacionalmente a fuga de preso sob sua guarda ou responsabilidade;

IX - infringência as proibições previstas nos incisos I a VIII, do artigo 211, desta Lei;

X - transgressão dos incisos do artigo 213 desta Lei, a que se comina a penalidade de demissão.

Parágrafo Único - Poderá ser ainda aplicada a pena de demissão, ocorrendo contumácia na prática de transgressões disciplinares, de qualquer natureza, desde que o servidor policial civil tenha sido punido com pena de suspensão, por mais de duas vezes, no período de cinco anos.”

Art. 18 - O artigo 233 da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 233 - Consoante a gravidade da falta, a demissão será aplicada com a nota “a bem do serviço público”, a qual constará sempre dos atos de demissão, fundada nos incisos I, II, III, IV, e VIII do artigo 230 e nos incisos III, XIV, LX e LXI do artigo 213, desta Lei.

Art. 19 - O artigo 240, do Capítulo VI - da Investigação Preliminar, da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Capítulo VI

Da Investigação Preliminar

“Art. 240 - A investigação preliminar será procedida quando verificada a infringência de norma legal ou

regulamentar, somente nos casos de autoria incerta e ausência de materialidade.

§ 1º - A investigação preliminar, de caráter informal e sumaríssimo, será iniciada por determinação do Corregedor Geral da Polícia Civil.

§ 2º - Instaurada a investigação preliminar, a autoridade designada para presidi-la comunicará, de imediato, o início dos trabalhos à Corregedoria da Polícia Civil.

§ 3º - Reunidos os elementos caracterizadores da autoria e materialidade, deverá a autoridade investigante encaminhar a investigação preliminar à Corregedoria Geral da Polícia Civil para a devida apuração das responsabilidades, através de sindicância ou de processo disciplinar.”

Art. 20 - Os artigos 241 e seguintes, referentes ao Capítulo VII - Da Sindicância, da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, passam a vigorar com as seguintes alterações:

Capítulo VII

Da Sindicância

“Art. 241 - A sindicância será instaurada pelo Corregedor Geral da Polícia Civil ou por autoridade por ele designada, somente para apuração de responsabilidade pela prática de fato constitutivo de transgressão disciplinar a que se cominem as penas de advertência, repreensão, suspensão, destituição de função e remoção compulsória, observados o rito contraditório e ampla defesa, conhecidas a autoria e materialidade, esta se houver.

§ 1º - A sindicância destina-se, ainda, a apurar a reponsabilidade do servidor policial civil por danos de origem culposa causados à Fazenda Estadual.

§ 2º - O mesmo procedimento será adotado com relação aos servidores policiais civis em estágio probatório, para apuração dos requisitos previstos no artigo 37 desta Lei, com vistas à sua confirmação ou não no cargo policial civil.

§ 3º - Durante o curso de formação profissional, o servidor policial civil em estágio probatório responderá o procedimento na forma dos parágrafos 3º e 4º do artigo 37 desta lei, através de Comissão de Sindicância presidida pelo diretor da Escola Superior de Polícia Civil ou do seu substituto legal.

§ 5º - Aplica-se à sindicância, no que couber, as disposições previstas para o processo disciplinar.

§ 6º - A sindicância terá início mediante portaria ou despacho da autoridade incumbida de presidi-la, devendo constar do mesmo:

I - nomeação do secretário;

II - determinação de juntada de documentos;

III - comunicação da instauração ao Conselho da Polícia Civil ou à Corregedoria Geral da Polícia Civil e ao setor de pessoal da Polícia Civil;

IV - a citação do sindicato com data para comparecimento e a necessidade de apresentação de defensor;

V - local e data da instauração.

§ 7º - A autoridade disciplinar responsável pela sindicância expedirá a citação ao sindicato dentro de três dias após o ato do Corregedor Geral.

§ 8º - O sindicato será citado pessoal e individualmente para o interrogatório, com prazo de 3 (três) dias, tempo em que poderá ter vista dos autos em cartório, iniciando-se a relação processual à partir da data do recebimento da mesma.

§ 9º - Negando-se o sindicato a assinar o contrafé, suprir-se-á tal circunstância com a assinatura de duas testemunhas, devidamente qualificadas e certificada pelo secretário.

§ 10 - Não sendo encontrado o sindicato, será ele citado por edital publicado no diário oficial ou informativo oficial da Polícia Civil, por uma única vez, com prazo de 10 (dez) dias, a contar da data da publicação.

§ 11 - A citação, que após recebida dará início ao prazo de 30 (trinta) dias para conclusão do feito, conterá:

I - nome da autoridade sindicante;

II - nome do sindicato e local onde possa ser encontrado;

III - descrição do fato imputado ao sindicato;

IV - individualização da conduta;

V - previsão legal da sanção aplicável;

VI - data do interrogatório, com prazo mínimo de três dias;

VII - menção à revelia em consequência do não comparecimento à audiência;

VIII - local e data da expedição."

"Art.242 - Após o interrogatório do sindicato, que se restringirá ao fato e às suas circunstâncias, este, através de seu defensor, poderá oferecer defesa prévia, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, juntando documentos e arrolando até duas testemunhas.

§ 1º - Ao sindicato revel, ou, se presente, não constituir advogado para defendê-lo, ser-lhe-á nomeado defensor dativo.

§ 2º - Será sempre facultada vista dos autos ao defensor do sindicato, por cópia autêntica do feito.

§ 3º - As testemunhas de instrução e defesa, em igual número, serão ouvidas de forma que uma não possa ouvir o depoimento de outra, na presença do sindicato, se quiser, e de seu defensor, devendo o termo restringir-se aos fatos em apuração.

§ 4º - o defensor do sindicato poderá reperguntar as testemunhas, por intermédio da autoridade sindicante, sobre fato de interesse da defesa, que será indeferida pelo presidente se impertinente ou já respondida.

§ 5º - As testemunhas serão notificadas da data e local em que deverão depor, sendo dado conhecimento da realização da audiência ao sindicato e seu defensor.

§ 6º - Não serão consideradas como testemunhas as pessoas que nada souberem sobre os fatos em apuração.

§ 7º - A autoridade responsável pela sindicância, de ofício, ou a requerimento da defesa, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após inquirida a última testemunha, promoverá diligências de interesse para instrução.

§ 8º - A autoridade sindicante poderá indeferir, em despacho fundamentado, as diligências consideradas procrastinatórias ou desnecessárias à apuração do fato.

§ 9º - A juntada de documentos poderá ocorrer a qualquer momento da instrução até as alegações finais.

§ 10 - Cumpridas as diligências, serão os autos conclusos ao presidente, que saneará onde necessário, e notificará o defensor do sindicato a apresentar alegações finais no prazo de (três) dias.

§ 11 - O prazo de que trata o caput deste artigo será individual, se houver mais de um sindicato e com defensores diferentes.

§ 12 - Quando não for apresentada no prazo as alegações finais, será nomeado defensor dativo para o ato.

§ 13 - Apresentadas as alegações finais, a autoridade concluirá a sindicância em três dias, indicando no relatório a descrição do ato infracional apurado, os dispositivos legais violados, o enquadramento da conduta à norma específica e, opinará pela absolvição do sindicato, instauração de processo disciplinar ou imposição da penalidade aplicável.

§ 14 - Se no decorrer da instrução ficar caracterizado ter o servidor cometido outras transgressões além das constantes da citação, esta será aditada e concedido novo prazo para manifestação da defesa, sem prejuízo dos atos já realizados."

Art. 21 - Os artigos 243 e seguintes, referentes ao Capítulo VIII - DO PROCESSO DISCIPLINAR, da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, com as modificações introduzidas pela Lei Complementar nº 84, de 03 de agosto de 1998, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Capítulo VIII

Do Processo Disciplinar

"Art. 243 - O processo disciplinar, obedecidos os princípios do contraditório e ampla defesa, será procedido por autoridade disciplinar designada, em caráter permanente ou especial, e precederá a aplicação das penas de demissão, cassação de aposentadoria e disponibilidade.

§ 1º - Aplica-se ao processo disciplinar, no que couber, as disposições previstas para a sindicância.

§ 2º - O processo disciplinar destina-se, ainda a apurar a responsabilidade do servidor policial civil por danos de origem dolosa causados à Fazenda Estadual.

"Art. 244 - Compete ao Conselho da Polícia Civil, com exclusividade, determinar a instauração do processo disciplinar, ex-ofício, mediante representação fundamen-

tada, sindicância, investigação preliminar, ou por provocação da autoridade policial.

§ 1º - Regulamento baixado pelo Poder Executivo disciplinará os casos de delegação de instauração de processos disciplinares à Corregedoria Geral da Polícia Civil.

§ 2º - As autoridades disciplinares permanentes serão pela corregedoria geral da polícia civil, escolhidos dentre delegados de polícia estáveis, preferencialmente da classe mais elevada, para um período de 12 (doze) meses, prorrogáveis por igual tempo.

§ 3º - As autoridades disciplinares especiais, bem como a Comissão de Sindicância para apuração dos requisitos necessários à confirmação do servidor policial no cargo durante o período do estágio probatório, serão designadas pelo corregedor geral da polícia civil.

§ 4º - Autoridade disciplinar e o presidente da Comissão a que se refere o parágrafo anterior, designarão o secretário entre servidores policiais civis estáveis, dando conhecimento ao setor de pessoal, para efeito de anotações.

§ 5º - As autoridades disciplinares ficarão vinculadas aos procedimentos iniciados sob a sua responsabilidade, até a conclusão respectiva.

§ 6º - Por motivo relevante, a corregedoria geral da polícia civil poderá substituir qualquer autoridade disciplinar, caso em que o substituto completará o tempo do substituído.

§ 7º - Os secretários designados pelas autoridades disciplinares a elas se dedicarão exclusivamente, até conclusão do feito.”

“Art. 245 - O ato que instaurar o processo disciplinar, deverá conter:

I - descrição do fato a ser apurado;

II - identificação do servidor a ser processado;

III - enquadramento da conduta do agente ao dispositivo infringido, com o enunciado da norma;

IV - previsão da sanção aplicável”

V - divulgação da pauta de julgamento com 30 dias de antecedência, através de edital afixadas na sede do Conselho da Polícia Civil e publicada no Diário Oficial.

“Art. 246 - A autoridade que presidir o processo, por despacho ou portaria, dará início ao procedimento no prazo máximo de 10 (dez) dias do recebimento do ato instaurador, com a lavratura do mandado de citação”.

“Art. 247 - O acusado será citado pessoal e individualmente para ser interrogado sobre as imputações contra si existentes, em data e local previamente designados, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, prazo este durante o qual os autos poderão ser examinados pelo defensor, junto à presidência do processo.

§ 1º - Será considerado regularmente citado o acusado que se recusar em apor o ciente na cópia da citação, mediante termo próprio lavrado pelo servidor encarregado da diligência, e assinado por duas testemunhas.

§ 2º - Nos casos de revelia ou quando o acusado não apresentar advogado, ser-lhe-á nomeado defensor dativo”.

“Art. 248 - É assegurado ao policial civil o direito de acompanhar o processo pessoalmente, e, por intermédio de procurador, arrolar testemunhas reinquiri-las, produzir provas e contra-provas, formular quesitos quando tratar-se de prova pericial e defender-se através de sustentação oral.”

§ 1º - A autoridade disciplinar poderá degenerar, fundamentalmente, pedidos considerados impertinentes, meramente proleptórios, ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

§ 2º - Será indeferido o pedido de prova pericial, quando a comprovação do fato independer de conhecimento especial de perito.

§ 3º - O procurador ou defensor constituído poderá assistir ao interrogatório, bem como a inquirição de testemunhas, sendo-lhe vedado interferir nas perguntas e respostas, facultando-se-lhe, porém, reinquiri-las, por intermédio da autoridade que presidir o processo disciplinar.

§ 4º - o acusado poderá oferecer defesa prévia e arrolar até cinco testemunhas dentro de três dias após o interrogatório e juntar documentos até as alegações finais”

“Art. 249 - A autoridade disciplinar, na realização de diligências necessárias, poderá requisitar de qualquer autoridade e entidades públicas ou privadas, elementos visando o esclarecimento da verdade e ouvir até cinco testemunhas.

§ 1º - As testemunhas serão inquiridas pela autoridade disciplinar, podendo ser reperguntadas pelo defensor do acusado.

§ 2º - Na redação dos depoimentos, a autoridade responsável pelo processo deverá cingir-se, o máximo possível, às expressões usadas pelas testemunhas, reproduzindo fielmente o que elas disserem.”

“Art. 250 - A testemunha que não puder comparecer perante a autoridade disciplinar ou autoridade sindicante, por se encontrar em localidade diversa daquela onde se processam as diligências, será ouvida através de carta precatória, dando-se ciência ao acusado, com antecedência mínima de quarenta e oito horas, do local e horário da audiência.

§ 1º - Se o acusado ou seu defensor não comparecer, ser-lhe-á designado, pela autoridade deprecada, defensor dativo para a audiência.

§ 2º - Para efeito do disposto neste artigo, serão presentes à autoridade policial deprecada a síntese da imputação, os esclarecimentos pretendidos e pedido de comunicação da data, local e horário da audiência ao acusado, dando-se ciência também ao seu defensor.”

“Art. 251 - O prazo para a conclusão do processo disciplinar será de trinta dias, contado da citação do acusado, prorrogável pela Corregedoria Geral da Polícia

Civil até noventa dias no máximo, mediante solicitação fundamentada da autoridade que presidir o processo.

§ 1º - Se o acusado estiver afastado de suas funções, a autoridade disciplinar dará prioridade na instrução e conclusão do procedimento.

§ 2º - Os membros da Comissão Disciplinar serão responsabilizados, na forma da lei, pela não observância dos prazos previstos no *caput* deste artigo.

“Art. 252 - As autoridades disciplinares poderão adotar os meios compulsórios para o comparecimento de testemunhas que devam depor ou ser acareadas e a isso se recusem.”

“Art. 253 - Nenhum servidor policial civil poderá recusar-se a prestar depoimento, ser acareado ou executar trabalho de sua competência, se requisitando por autoridade disciplinar, salvo impossibilidade comprovada.”

“Art. 254 - Se houver dúvidas sobre a integridade mental do acusado, em qualquer fase do processo disciplinar, será ele submetido a exame por junta médica especialmente designada, observado o previsto no artigo 177, desta lei.

Parágrafo Único - Se reconhecida a inimizabilidade do acusado, servirá o procedimento disciplinar para instituir o processo de aposentadoria por invalidez.

“Art. 255 - A autoridade que presidir o processo disciplinar poderá, ainda, sugerir quaisquer providências que se apresentem adequadas ou de interesse para o serviço, bem como apontar fatos que hajam chegado ao seu conhecimento no curso da instrução e devam ser apurados em procedimento distinto.

§ 1º - Concluída a instrução, o acusado terá cinco dias para as alegações finais, a partir da data da notificação.

§ 2º - Havendo mais de um acusado, o prazo contar-se-á em dobro.

§ 3º - Findo os prazos dos parágrafos anteriores, a autoridade que presidir o processo disciplinar, dentro de cinco dias, remeterá os autos do processo disciplinar ao Conselho da Polícia Civil, através da Corregedoria Geral da Polícia Civil, com relatório minucioso e fundamentado, opinando pela imposição da pena aplicável, absolvição do acusado ou arquivamento do procedimento.

§ 4º - Verificando a autoridade disciplinar configurar-se fato que tipifique ilícito penal, encaminhará, obrigatoriamente, as peças necessárias ao corregedor geral da Polícia Civil, por cópia, que designará autoridade policial, em caráter especial, quando necessário, para a instauração do respectivo inquérito policial”.

“Art. 256 - O processo disciplinar será formalizado em duas vias, ficando a primeira arquivada no Conselho da Polícia Civil, contendo, obrigatoriamente, índice descritivo dos elementos probatórios, sempre que não seja possível juntá-los.

§ 1º - Decorridos cinco anos após o encerramento do processo disciplinar, a via referida no parágrafo anterior será remetida ao Departamento de Arquivo Público, para os devidos fins.

§ 2º - A Corregedoria Geral da Polícia Civil, por sua vez e para controle, fará prontuário da segunda via em poder da Corregedoria de Assuntos Internos.”

“Art. 257 - Quando o servidor policial civil for indiciado em inquérito policial pela prática de crime previsto nos incisos do artigo 230, desta lei, a autoridade policial remeterá cópia das respectivas peças, de imediato, ao Corregedor Geral da Polícia Civil, para a instauração de processo disciplinar.”

“Art. 258 - O servidor policial civil só poderá ser exonerado a pedido, após absolvição em processo disciplinar a que estiver respondendo”.

“Art. 259 - O julgamento será realizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado da data da distribuição ao Conselheiro relator para tanto sorteado.

§ 1º - Verificada a ocorrência da prescrição ou descumprimento de formalidade essencial, o Conselheiro relator provocará a apuração das responsabilidades legais de quem lhe deu causa.

§ 2º - Aberta a sessão de julgamento, havendo quorum, o presidente do Conselho anunciará a pauta.

§ 3º - Anunciado o feito a ser julgado, o Relator fará a exposição de seu relatório, após o que será ele declarado em discussão”.

Art. 22 - O artigo 265 Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 265 - Protocolado o recurso pela Secretaria do Conselho da Polícia civil, será este anexado aos respectivos autos e, após informado sobre sua tempestividades, será remetido pelo presidente do Conselho à instância superior, após dar-lhe efeito suspensivo”.

Art. 23 - O parágrafo único do artigo 266, da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, passa a ser o § 1º, sendo acrescentados a este artigo mais 2 (dois) novos parágrafos com o seguinte teor:

“Art. 266 -.....

§ 1º - Compete ao Secretário de Estado da Segurança Pública, decidir sobre o recebimento ou não de recurso previsto neste capítulo, depois de instruído na forma determinada no artigo 265.

§ 2º - O Secretário de Estado da Segurança Pública, poderá confirmar, modificar ou anular, total ou parcialmente, a decisão recorrida.

§ 3º - A decisão final não se fundamentará em manifestações técnico-jurídicas não compreendidas no âmbito da relação processual, ressalvadas as oriundas da Procuradoria Geral do Estado”.

Art. 24 - O artigo 268 da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 268 - O pedido será dirigido ao presidente do Conselho da Polícia Civil que se o deferir, designará autoridade revisora para proceder a revisão.”

Parágrafo Único - Não poderá ser revisor a autoridade que tiver presidido o procedimento administrativo em revisão”.

Art. 25 - O parágrafo 2º do artigo 269 da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 269 -.....

§ 2º - Decorrido o prazo do parágrafo anterior, a autoridade revisora dentro de cinco dias, encaminhará o processo, com relatório conclusivo, ao Conselho da Polícia Civil”.

Art. 26 - O artigo 295 e §§ 1º e 3º da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 295 - O cargo de provimento em comissão de delegado geral da Polícia Civil, símbolo DAS-1, será exercido por delegado de polícia, preferencialmente da classe mais elevada da carreira.

§ 1º - Os titulares dos cargos de delegado geral adjunto, corregedor geral, corregedor de assuntos internos, corregedor de área, assessor civil da Sesp, diretor de Escola Superior de Polícia Civil e diretor do Instituto de Identificação serão escolhidos dentre os integrantes da carreira de delegado de polícia da classe mais elevada.

§ 2º -.....

§ 3º - Os titulares das assessorias técnicas serão escolhidos, dentre ocupantes das carreiras policiais de nível universitário”.

Art. 27 - A corregedoria da Polícia Civil, com a presente Lei, passa a denominar-se Corregedoria Geral da Polícia Civil, órgão de controle interno da atividade policial com competência para:

I - promover a apuração das infrações penais e transgressões disciplinares atribuídas a polícia civil, na forma desta Lei;

II - determinar a instauração de investigações preliminares e sindicâncias, através da Corregedoria de Assuntos Internos, com a designação de autoridade ou da comissão para apuração dos requisitos previstos para a confirmação ou não do servidor policial civil no cargo para o qual foi nomeado, durante o estágio probatório;

III - receber queixas ou representações sobre faltas cometidas por servidores policiais civis;

IV - designar, sempre que necessário, e em caráter especial, autoridades policiais para instauração de inquéritos policiais, visando a apuração de infrações penais imputadas a servidores policiais civis, com posterior comunicação do ato ao delegado geral da Polícia Civil.

V - orientar e coordenar as atividades das autoridades disciplinares;

VI - centralizar o cadastro e o controle dos procedimentos disciplinares que envolvam policiais civis, fiscalizando o cumprimento de prazos e avaliando os trabalhos das autoridades disciplinares;

VII - proceder a inspeções administrativas nos órgãos da Polícia Civil;

VIII - avocar e realizar os serviços de correição em caráter permanente e extraordinário, nos procedimentos penais e administrativos, de competência da Polícia Civil, através das corregedorias auxiliares e corregedorias de área;

IX - apresentar ao conselho da Polícia Civil os aspectos negativos e positivos de que tenha ciência, relativos aos integrantes das carreiras e que possam influenciar na aplicação do mérito e para fins de promoção;

X - prestar informações e emitir pareceres sobre assuntos de sua competência;

XI - promover a atualização e a divulgação de matéria de caráter jurídico-doutrinário e jurisprudencial de interesse da Polícia Civil;

XII - dirimir os conflitos de competência entre unidades policiais subordinadas a diferentes divisões policiais;

XIII - orientar as unidades de polícia judiciária na interpretação e no cumprimento da legislação para assegurar a uniformidade de procedimentos;

XIV - manter contato com as autoridades do Poder Judiciário e do Ministério Público, para tratar de assuntos vinculados ao exercício da atividade de polícia judiciária;

XV - velar pelo cumprimento das leis, regulamentos e atos normais relacionados às atividades de polícia judiciária e disciplinar;

XVI - elaborar instruções normativas orientadoras das atividades de polícia judiciária;

XVII - expedir providimentos necessários e convenientes ao bom e regular funcionamento dos serviços cuja fiscalização lhe compete;

XVIII - exercer outras atribuições previstas em lei.

§ 1º - A instauração de investigação preliminar para a apuração e a produção de provas de transgressões disciplinares atribuídas a policial civil, é da competência da Corregedoria de Assuntos Internos, e, no interior do Estado, das Corregedorias de Área, nos limites da sua circunscrição territorial.

§ 2º - A Corregedoria de Assuntos Internos compete também, proceder sobre o comportamento ético social dos candidatos ao ingresso em cargos de natureza efetiva da Polícia Civil.

§ 3º - Todos os procedimentos administrativos e criminais, instaurados contra servidores policiais civis serão obrigatoriamente comunicados ao conselho de Polícia Civil, quando da instauração e da conclusão dos respectivos procedimentos.

Art. 28 - Fica criada, na estrutura organizacional da Polícia Civil, a nível instrumental, a Coordenação de Informática, competindo-lhe:

I - gerir e coordenar a elaboração, implementação e operação na Polícia Civil, do sistema de coleta, tratamento, armazenamento e recuperação de dados de interesse policial civil, através de processamento eletrônico.

II - definir, desenvolver e implementar sistemas de informações, mantendo-os atualizados para utilização das unidades policiais civis na sua atividade fim;

III - executar, diretamente ou por terceiros, os serviços de interesse de Polícia Civil no campo da informática;

IV - promover pesquisas no campo da informática, visando o aprimoramento de seu sistema operacional;

V - emitir, no âmbito de sua atuação, pareceres sobre a conveniência e adequação técnica de aquisição, substituição, complementação, alteração ou locação de equipamentos e aplicativos de processamento de dados pelas unidades policiais civis;

Art. 29 - O Centro de Comunicações, com a presente lei, passa a integrar estrutura do Centro de Operações Policiais Especiais.

Art. 30 - Fica extinta a Divisão de Telecomunicações e Informática, passando a subdivisão de processamento de dados a compor a estrutura da Coordenação de Informática.

Art. 31 - Fica criada no Quadro de Pessoal da Polícia Civil a 5ª classe, inicial, da Carreira de Delegado de Polícia.

§ 1º - A atual remuneração fixada para a classe inicial da carreira de Delegado de Polícia, fica mantida para integrantes da nova classe, criada pela presente lei, observando a diferença de 5% (cinco por cento) da remuneração de uma para outra classe.

§ 2º - O ingresso nas carreiras de Escrivão de Polícia, Investigador de Polícia, Datiloscopista e Identificador Datiloscópico, somente dar-se-á com a comprovação de escolaridade de terceiro grau ou equivalente.

Art. 32 - Altera o *caput* da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 40 - A promoção é a elevação seletiva e gradual e sucessiva do servidor policial civil estável à vaga de classe imediatamente superior àquela que pertença, pelos critérios de merecimento e antiguidade, na proporção de 1/5 (um quinto) e 4/5 (quatro quintos) respectivamente, na forma de regulamentação específica;”

Art. 33 - Fica alterado no artigo 41, da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, os incisos I, II, III, que passaram a vigorar com a seguinte redação:

“I - preenchimento de pré-requisitos objetivos, tais como, a eficiência revelada no desempenho das funções mais elevadas, a capacidade de liderança, iniciativa e presteza de decisão, os resultados dos cursos de formação

e de aperfeiçoamento funcional, o comportamento ético irrepreensível nas atividades referentes à função, o comportamento social e familiar ilibados, e, principalmente, a ausência de antecedentes criminais e transgressionais;

II - ato de bravura, comprovado em sindicância instaurada pelo Conselho da Polícia Civil, de ofício ou a requerimento do interessado;

III - todos os votados em lista tríplice serão submetidos a prova de conhecimentos específicos para cada cargo, voltada à avaliação de aptidão técnica, organizada por universidade pública, e da qual participem pelo menos dois representantes da OAB.

Art. 34 - Fica alterado o parágrafo único do artigo 43, da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo Único - Por um período de cinco anos, a contar da data de punição, na esfera criminal ou administrativa, não haverá promoção de servidor policial civil, independente da natureza da falta.”

Art. 35 - Fica revogado o parágrafo único do artigo 45 da Lei Complementar nº 145, de 26 de maio de 1982.

Art. 36 - Fica alterado o § 1º, do artigo 46, da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 1º - Constitui transgressão disciplinar grave cometida por membro do Conselho da Polícia Civil, punida com suspensão de 60 (sessenta) dias, qualquer ato destinado à modificação ou ocultação da verdade, com vistas a favorecer ou prejudicar servidor da classe policial civil, seja modificando, alterando ou fraudando por qualquer outro meio as disposições deste capítulo.”

Art. 37 - Ficam unificadas as carreiras policiais civis de Datiloscopistas e de Identificador Datiloscópico, sob a denominação de Papiloscopista, que absorverá os direitos, deveres, prerrogativas e atribuições de ambas as carreiras unificadas por esta lei.

Parágrafo Único - Os atuais integrantes da carreira de Identificador Datiloscópico passam a integrar a 4ª classe da carreira de Papiloscopista.

Art. 38 - Suprima-se o inciso III do art. 9º da Lei Complementar nº 14/82.

Art. 39 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando expressamente revogados os parágrafos 1º e 2º do artigo 226, e demais disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26.06.2001.

(a) RICARDO CHAB

Presidente e Relator

Apoiamento

Custódio da Silva, Ângelo Vanhoni, Renato Gaúcho, Luiz Carlos Alborghetti.

Estamos votando, nesta sessão, a constitucionalidade do projeto.

Para encaminhar, com a palavra, o deputado Ricardo Chab.

O SR. RICARDO CHAB

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, convidados da Comissão de Segurança Pública, que estão na Tribuna de Honra, Fórum da Paz, outras entidades, entidades de classe da Polícia Civil;

Eu gostaria, num breve relato a este Plenário, deixar claro que houve um entendimento entre a Comissão de Segurança Pública e a Presidência desta Casa, para que abrissemos a discussão à sociedade, na questão do Estatuto, e eu gostaria, neste momento, de colocar como é que nos, eu, na condição de Presidente, os demais membros desta Comissão, conduzimos tudo isto.

Antes de explicar pormenorizadamente como é que foram conduzidas as reuniões, quero destacar o trabalho de cada membro desta Comissão de Segurança Pública, no que diz respeito ao Estatuto da Polícia Civil: os deputados Edson Strapasson, Renato Gaúcho, Custódio da Silva, Luiz Carlos Martins, que esteve conosco numa reunião, Ribas Carli, que por sinal é perito criminal - me desculpe, deputado, fazer este adendo - é perito criminal de carreira, portanto, faz parte, fez parte, lá atrás, da estrutura da Polícia Civil, conhece bem o assunto; Luiz Carlos Alborghetti, com quem discuti várias vezes, no gabinete, a questão do Estatuto, Tiago Amorin, enfim, deputados-membros da Comissão de Segurança Pública e que participaram ativamente da discussão.

Eu gostaria de passar aqui, que a Comissão de Segurança Pública estabeleceu a seguinte proposta, para chegar naquilo que a Comissão entende como melhor, em termos de Estatuto da Polícia Civil: convidamos o Fórum da Paz, a Universidade Federal do Paraná, todas as entidades da Polícia Civil, senhores delegados de polícia, senhores escrivães, senhores investigadores, os datiloscopistas, os rádio-amadores, enfim, todas as categorias da Polícia Civil. Convidamos, também, a Promotoria de Investigação Criminais, o Ministério Público, a Igreja Católica, enfim, todos os segmentos sociais, para discutir a questão da Polícia Civil.

E a primeira pergunta que a Comissão fez a todos, foi esta: que polícia a sociedade quer? A polícia marginal ou a polícia cidadã? E é claro que tanto as entidades de classe da Polícia Civil como a sociedade, todos nós, a Comissão optamos pela polícia cidadã.

E aí nós estabelecemos a discussão. E o que nós temos aqui, o que chamamos de Substitutivo Geral do Estatuto da Polícia Civil, não é vontade do deputado Ricardo Chab, não é vontade de nenhum deputado-membro da Comissão, é, sim, a vontade explícita da sociedade, porque além das três reuniões públicas que esta Comissão fez nesta Casa, o Fórum da Paz, o Poder Judiciário, representado pelo doutor João Kopitoski, enfim, dentro do segmento civil organizado, eles se encontraram

por duas ocasiões longe daqui, em um entendimento fora da Assembléia.

E aí é que queria louvar a atitude de todos vocês nesse entendimento; acho que deram uma demonstração, acima de tudo, de cidadania e respeito.

Então, quero nesta tarde, render aqui os meus elogios ao segmento civil organizado, que se faz representado nesta tarde, na tribuna de honra, e a todo segmento, enfim, a todas as categorias da Polícia Civil.

Então, para não me prolongar muito, quero deixar claro aos senhores deputados, - e falo isso com certeza absoluta, em nome do Fórum da Paz, que se faz presente aqui -, que o estatuto que ora se apresenta a esta Casa para votação, é a vontade maior da sociedade. Não é a vontade do Ricardo Chab, não é a vontade de delegados de Polícia, não é vontade de escrivães da Polícia, não é vontade de investigadores, de detetives, é a vontade, sim, da sociedade.

E quando falo em sociedade, incluo a Igreja Católica, repito: Ministério Público, Poder Judiciário, a Universidade Federal do Paraná, enfim, todos os segmentos as sociedade que participaram dessa discussão.

Então, nós vamos para votação. É claro que alguns deputados vão apresentar emendas, e isso faculta. Agora, só quero deixar claro a cada um dos senhores deputados que, o que está aqui hoje, é o espelho do que quer a sociedade em um primeiro momento para nossa polícia.

Concedo aparte ao deputado Fernando Ribas Carli, a quem fiz menção já no início, como perito criminal que é, e que foi, da Polícia Civil.

Pois não, deputado.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI (Para Discutir)

Nobre deputado Ricardo Chab, senhor Presidente, senhoras e senhores deputados:

Quero aqui, neste momento, realçar as palavras do nobre e ilustre deputado Ricardo Chab, que como presidente da Comissão de Segurança, fez um trabalho exemplar neste novo estatuto da Polícia Civil.

Disse o deputado Ricardo Chab, que sou membro da Polícia Civil; realmente sou. Não sou perito, sou químico legal, e muito me orgulha a condição de ser químico legal da Polícia Civil. Sou químico legal desde março de 1979, quando prestei concurso público, após, frequentei Escola de Polícia; exerci o cargo de químico legal por diversos anos, até ter sido eleito prefeito, e na sequência, deputado federal e deputado estadual.

E na primeira reunião, na primeira audiência pública que tivemos na Comissão de Segurança, deixei muito clara a minha posição: antes de ser deputado, muito antes de ser um membro da Polícia Civil, de ser químico legal, sou um cidadão, como outro qualquer que transita pelas ruas do nosso Estado e do nosso País. E dizia naquela data, lembro muito bem: a sociedade não aceita mais a polícia como está, ou seja, a sociedade não nos aceita como estamos hoje, precisamos de modifica-

ções, que venham para melhorar a Polícia Civil no nosso Estado.

Sabemos da qualidade que existe nos quadros da nossa Polícia. Por isso, senhor presidente, senhores deputados, sabemos que existem emendas que foram feitas a este projeto, mas o substitutivo geral, que foi elaborado na Comissão de Segurança, teve um trabalho árduo, um trabalho profícuo, de profundidade, não dos membros.

Quero dizer aos senhores um depoimento, nós abrimos, - e aqui quero louvar mais uma vez, a atuação do deputado Ricardo Chab, - a Comissão de Segurança para que a sociedade civil organizada pudesse se pronunciar, pudesse colocar as suas preocupações, colocar todos os seus anseios.

Afinal, o que eles querem da nossa Polícia?

Toda a Comissão, todos os membros abriam mão de fazer emenda, de assinar emenda. Nós deixamos que as emendas, que as tratativas fossem feitas com membros da sociedade organizada, membros do Fórum da Paz, do Poder Judiciário, do Ministério Público.

Então, além de realçar o trabalho do deputado Ricardo Chab, da Comissão, mas principalmente da comunidade, que participou conosco, queria pedir a todos os deputados que aqui estão, aqueles que porventura fizeram emenda, aqueles que vão votar, neste instante, que em respeito à comunidade, que em respeito à sociedade organizada, em respeito ao Judiciário, em respeito ao Ministério Público, em respeito ao Fórum da Paz, em respeito a essas pessoas, que em um trabalho voluntário, trouxeram essas modificações, que subsidiaram o substitutivo geral, peço para que votem favoravelmente ao substitutivo, recusando as emendas que porventura surgirem, ou que foram apresentadas.

Muito obrigado.

O SR. RICARDO CHAB

Deputado Ribas Carli, quero só aqui complementar o seu raciocínio e dizer que foram horas, realmente, de trabalho, desse pessoal abnegado, sem nenhum ônus para o Estado. Pelo contrário.

Muitas vezes eu vejo o líder da Oposição, o deputado Waldyr Pugliesi, lá da tribuna fala assim: o Governo tem a maioria na Casa, mas não tem na rua. Aqui está explícita a maioria na Casa e a maioria na rua, no estatuto.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti

Só para deixar registrado aqui, que, quando o deputado Chab me chamou ao gabinete, para que nos reuníssemos com o presidente Hermas Brandão, convidássemos o Fórum da Paz, Poder Judiciário, Ministério Público, a Associação dos Delegados de Polícia, várias associações, várias outras entidades também ligadas à Polícia, enfim, os sindicatos.

Foi uma abertura democrática, houve inclusive uma mãe, dona Elizabeth Zanela, também representando as mães que passaram por esses problemas - que não

quero me referir aqui, em respeito a este valor moral, que foi o falecimento do seu filho, mas enfim, foi uma reunião, não de 1 hora, 2 ou 3. Lembro que o Chab me ligava à noite: vamos nos reunir. Então eu ia para a casa dele, e nos reuníamos, trocávamos idéias. E eu não poderia deixar de agradecer aqui a toda a equipe, toda a assessoria da Comissão de Segurança, às taquígrafas a toda equipe que assessorou a Comissão de Segurança da Assembléia Legislativa.

O deputado Custódio, o deputado Renato Gaúcho, o deputado Ribas Carli, deputado Geraldo Cartário, também participaram. Tantos outros senhores deputados que estiveram lá, Luiz Carlos Martins, Tiago Amorim, enfim, nós participamos, cada qual com as suas idéias.

Não posso dizer que não vou apresentar uma emenda. Amanhã estarei entrando com emendas que não vão em nada prejudicar o original que está na Casa.

O Sr. Custódio da Silva

Permite um aparte, deputado?

(Assentimento)

Também quero parabenizar o nobre deputado Ricardo Chab.

O exemplo que você deu durante a presidência da Comissão de Segurança Pública do Estado do Paraná, aqui nesta Casa, e quando era vereador de Curitiba, nobre deputado, era presidente da Comissão do Direito do Cidadão e, nós fazíamos, naquela época, reuniões nos bairros de Curitiba, abrindo e discutindo com a comunidade, e Vossa Excelência fez a mesma coisa aqui nesta Casa, abrindo esta comissão para que a sociedade, como um todo participasse, e eu não tenho dúvida, deputado, que esta Casa vai ouvir a comunidade, vai entender os projetos importantes que vêm ao encontro das necessidades da Polícia civil e nós vamos aprovar este projeto, na íntegra, conforme a sugestão da sociedade que participou da Comissão de Segurança Pública do Estado do Paraná.

Parabéns a Vossa Excelência pelo brilhantismo com que conduziu a Comissão de Segurança Pública do Estado do Paraná.

O SR. RICARDO CHAB

Passo a palavra, também em aparte, ao deputado Tiago Amorim, que também, preocupadamente, várias vezes discutiu a questão do Estatuto, lá no meu gabinete: eu, você e o deputado Alborghetti.

O Sr. Tiago Amorim Novaes

Muito obrigado, meu caro Ricardo Chab e todos os deputados que integram esta comissão. Eu acredito que este momento vai ficar na história do Estado do Paraná.

Nós queremos cumprimentar os delegados que se fazem presentes, funcionários públicos da Segurança Pública e da importância da necessidade de fazer um ajuste dentro dos quadros da Segurança Pública.

Nós sabemos que este é o primeiro passo importante que está sendo dado e dentro do estado democrático

de direito, por várias vezes conversamos com os delegados, conversamos com investigadores para tentar chegar a um entendimento e também com a própria sociedade organizada, com a igreja e com entidades de classe, e nós, procurando todas as formas, dentro da lei e da ordem, conseguimos chegar num denominador comum.

Felizmente nós vemos que este é o primeiro passo dado de um trabalho com muitas dificuldades e acreditamos nos que, num futuro próximo, esta Casa de Leis, deverá tomar novos posicionamentos em defesa dos interesses da população, e eu tenho absoluta certeza, meu caro deputado Ricardo Chab, que estamos exercendo a nossa função e evidentemente nem sempre conseguindo agradar a todos, mas todos sabem do esforço concentrado da nossa Comissão de Segurança Pública nesta Casa, que tem respeito, acima de tudo, para com a sociedade do Paraná.

Parabéns, conte comigo em todas as ações da Comissão de Segurança Pública.

Conte com o deputado Tiago. Esperamos que a Segurança Pública do Paraná melhore, porque infelizmente ainda do jeito que está, está numa situação realmente lamentável.

O SR. RICARDO CHAB

Para concluir, senhor presidente, só dizendo que estamos apresentando o Estatuto em Plenário, e eu quero dizer claro que esta é a vontade da população. Não é a vontade da Comissão de Segurança Pública desta Casa, e sim, a vontade maior expressa da sociedade.

Eu quero enaltecer neste momento, senhor presidente, a atuação de um professor universitário, Pedro Rodolfo de Moraes. Professor Pedro, o senhor tem muito a dar ainda à sociedade paranaense e eu, cumprimento o senhor, cumprimentando todas as categorias que estiveram envolvidas durante as discussões.

Professor Pedro, o senhor está de parabéns, o senhor recebe os parabéns desta Assembléia.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quero informar aos senhores parlamentares que após o encerramento desta Sessão, teremos uma reunião da Comissão de Investigação sobre a Sanepar, na sala das Comissões, presidida pelo deputado Neivo Beraldin.

Solicito aos senhores parlamentares que quiserem dar a honra de suas presenças, que o nosso presidente da Comissão deputado Neivo, terá prazer em recebê-lo.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Queremos comunicar mais uma vez aos deputados desta Casa, àqueles que são contra a privatização da Copel e àqueles que, por enquanto são a favor, que também teremos após a Sessão, no Plenarinho, uma reunião do fórum de entidades, que são contra a privatização da Copel.

Todos os deputados estão convidados para comparecer a essa reunião, que trata da nossa luta contra a venda da Copel.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao deputado Algaci Tulio, para encaminhar.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, senhores deputados, senhores que fazem parte da nossa gloriosa Polícia Civil, companheiras que fazem parte do Movimento pela Paz, pessoas que se dedicaram de corpo e alma na colaboração e na elaboração de mudanças, dentro do Estatuto da Polícia Civil.

Senhor presidente, a discussão nesta Casa não é mérito da matéria, mas, sim, a sua constitucionalidade e a sua legalidade. E foi, na sua constitucionalidade e na sua legalidade, que tivemos a honra de sermos relator desta matéria, na Comissão de Constituição e Justiça.

É evidente que, ao analisarmos friamente a matéria original, mandada pelo governo do Estado, a primeira voz a levantar, nesta Casa, dizendo que, da forma como veio, a mensagem governamental não passaria por esta Casa. Não fosse uma análise profunda, não apenas deste parlamentar, mas da sua assessoria e do Sinclapol, de várias entidades, União da Polícia Civil, que participaram ativamente durante madrugadas e madrugadas, buscando melhorar aquele conteúdo da matéria governamental, procurando no entendimento de cada entidade, de cada membro da Polícia civil, melhorar a mensagem do governo: apresentamos 17 emendas. É claro que a Comissão de Constituição e Justiça não poderia abrir para o debate, porque não é da sua competência. Ela apenas analisa a legalidade e a constitucionalidade.

Mas quis o relator provocar uma maior discussão em cima desta matéria, porque certamente, se apenas tivéssemos feito, os costumeiros pareceres que vêm pelas comissões, onde já é uma praxe a matéria estar legalizada e constitucionalizada, nada a impede de prosseguir, certamente estaríamos, quem sabe, hoje aqui, aprovando secamente uma matéria encaminhada pelo governo do Estado.

Não teve este parlamentar, medo. Não se omitiu este parlamentar. Teve a coragem de colocar como emendas, colocadas e discutidas com várias entidades. Aliás, este parlamentar foi tachado de defensor dos maus policiais. Quero dizer que, até que me provem o contrário, precisamos saber quem são os bons e quem são os maus policiais.

Graças a Deus, a nossa Polícia Civil é composta, na sua maioria, por bons policiais. E não o fossem, não estaríamos nós, abertamente, defendendo esta instituição centenária, que merece todo o nosso respeito e que, como qualquer outra instituição, tem os bons e os maus elementos.

Quero dizer que o parlamentar Algaci Tulio, que tem 40 anos mais de vivência nesta área, que deve, e nunca neguei isso, a sua ascensão profissional e política, à Polícia Civil e à Polícia Militar, porque foi no seio dessas duas instituições, que o parlamentar Algaci Tulio, vereador, teve o seu aprendizado. Mas, não fiz as emendas para defender este ou aquele policial, esta ou aquela entidade, dentro da Polícia Civil. Fiz no entendimento dos companheiros que comigo discutiram, durante madrugadas e madrugadas, procurando melhorar, entendendo até que, quando se fala em polícia cidadã ou polícia bandida, tem que se falar também no policial cidadão e no governo bandido, porque não se pode apenas enfiar a faca na goela do policial e exigir: - “Você tem que prestar um serviço de primeiro mundo, mas eu te dou uma condição de polícia de terceiro mundo”.

Era essa a preocupação do deputado Algaci Tulio, era essa a preocupação de companheiros que aqui estão, que madrugaram comigo, na busca de um melhor entendimento, de melhorar essa mensagem governamental.

Então, senhor presidente, quero aqui parabenizar a Comissão de Segurança Pública. É nela que vai se discutir o mérito, é ali que o deputado Ricardo Chab e os companheiros da Segurança Pública esmiuçaram a lei do Governo, melhoraram, acataram emendas desse parlamentar, emendas do Movimento pela Paz, sugestões da classe policial civil, e hoje, nós temos o quê? O estatuto melhorado; se não é 100% pelo menos é o que se pode apresentar, nesse momento, até porque o Congresso Nacional começa a fazer uma revisão, com relação às nossas Polícias Cíveis.

Por isso, senhor presidente, quando venho à tribuna fazer o encaminhamento pela legalidade e pela constitucionalidade da matéria, digo que esta Casa cresceu, esta Casa mostrou o seu interesse, quando seus parlamentares deixaram de atender aqueles pareceres costumeiros, que já é uma praxe, nas Comissões e se debruçaram em cima da matéria.

Méritos à Comissão de Segurança, aos meus companheiros da CCJ, que debateram comigo, que analisaram comigo, que deram, também, a sua sugestão. Mas, mérito maior, sem dúvida alguma, à sociedade, que se indignou com o que vinha ocorrendo com a nossa Polícia Civil e até mesmo com a nossa Polícia Militar. E esta sociedade também pede, senhores parlamentares, a este Governo, que olhe para a Polícia Civil, que olhe para a Polícia Militar, porque, se a Polícia Militar e Civil não podem, por imperativo constitucional, sair às ruas e fazer greves, as mulheres de policiais militares já o foram, já mostraram a sua indignação, já foram e fecharam portas de quartéis. Cabe agora às mulheres dos policiais civis também tomar a mesma iniciativa, como pudemos ver hoje pela manhã, na Assembléia os agentes penitenciários. Não vai demorar, não vai demorar se o governador do Estado não se acordar, se o secretário da Segurança Pública não se acordar para os problemas que afetam estes organismos de segurança do Estado, certamente nós

teremos mulheres de policiais civis, fechando delegacias, mulheres de policiais militares voltando à frente dos portões dos quartéis e mulheres de agentes penitenciários, para não se tornarem viúvas e sobreviver, com uma miserável pensão de R\$300,00 vão certamente fechar, ou abrir os portões das penitenciárias. Prefiro que fechem.

Esta é a realidade. Não podemos somente exigir do policial, claro, exigir é uma obrigação do policial, como é obrigação nossa aqui, também, saber legislar e cumprir com a nossa obrigação. É preciso que o governo dê a sua contra partida: já se passaram mais de 30 dias do que foi proposto como uma carência ao Governo do Estado, às mulheres dos policiais militares. E esta Casa fecha o semestre e ainda não recebeu nenhuma mensagem governamental falando em cargos e salários, falando em reposição salarial.

Então, o que nós precisamos, também, - ao mesmo tempo que votamos uma matéria significativa para a Polícia Civil, - é que se altere o Governo do Estado: - Está na hora, governador, está na hora, secretário da Segurança Pública, de rever a situação dos organismos de Segurança Pública. Caso contrário, lamentavelmente, vamos ter dias terríveis aí, na área da Segurança Pública!

Portanto, senhor presidente, para encerrar o meu encaminhamento, quero deixar expresso meus cumprimentos à Comissão de Segurança Pública, à CCJ, mas, sobretudo à sociedade organizada, que se mobilizou aqui, talvez até na pessoa da dona Elizabeth Zanella, cujo filho perdeu a vida por ato de irresponsabilidade de agentes da Polícia Civil.

E é por isso que na Emenda deste parlamentar, corroborada pelas entidades, acabamos com o delegado calça-curta que ontem, através da Justiça, também teve o seu final, uma decisão do Supremo Tribunal Federal. Criamos um delegado de 5ª categoria, que é por aí, senhor presidente, que começa a verdade o encaminhamento da vida de um delegado de polícia dentro da Polícia Civil.

Quero dizer que avançamos, mas haveremos de avançar muito mais ainda, mas acima de tudo, vamos ter uma polícia não bandida, uma polícia cidadã, no momento que o governo reconhecer que está devendo a esta polícia melhores condições de trabalho.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Pela Ordem**)

Apenas para registrar a presença na Sessão desta tarde, do presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, vereador Nereu Faustino Siene.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado nos Anais desta Casa.
Para discutir, deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, é muito palpitante o Projeto de Lei nº 15/2001, oriundo da Mensagem Governamental

nº 05/2001, que altera o dispositivo do Estatuto da Polícia Civil do Estado do Paraná.

É um projeto que, desde o início, quando chegou aqui na Casa, causou discussão acalorada e que evidentemente, por ser um projeto complexo, tem uma série de questões que agrada uns e desagradam outros. De um lado, tem a Polícia Civil do Paraná, que evidentemente luta por melhores condições de vida e de trabalho, e quer ter na sua profissão, na profissão que escolheu na sua missão de vida, condição de desenvolver a sua atividade e prestar um bom serviço à população do nosso Estado.

Do outro lado, está o povo, carente de segurança pública, carente de atitude e ações, por parte do governo.

Por isso, este projeto de lei é de difícil resolução, e nós observamos o trabalho da Comissão de Segurança Pública, da Comissão de Constituição e Justiça, todos os deputados voltados em adequar este projeto para que ele atenda os interesses do povo do Paraná e atenda os interesses superiores da Polícia Civil.

Por isso, para não me alongar nesta discussão de hoje, quero dizer que a Bancada do PMDB vai votar favoravelmente à constitucionalidade e legalidade deste projeto. Mas, nós nos reservamos o direito de discutir o substitutivo geral elaborado pelo deputado Ricardo Chab, na Sessão de amanhã, para que possamos colocar com clareza a opinião do nosso partido em relação ao projeto de lei que o governo manda para esta Casa alterando o Estatuto da Polícia Civil do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Encerrada a discussão, em votação. **Aprovado.**

O SR. RICARDO CHAB (**Pela Ordem**)

Gostaria de fazer um convite ao Plenário que na outra sessão, a anterior, nós fizemos aprovar um requerimento também da Comissão de Segurança Pública que convida, para uma reunião às 17h00, amanhã, na Sala das Comissões, a Comissão do Governo que estuda a reposição salarial aos senhores policiais militares, e o movimento expôs os policiais militares. Então, amanhã, nesta Assembléia, terminada a Sessão, quero convidar o deputado Algaci Tulio, - que não faz parte da Comissão de Segurança Pública mas que seria importante o préstimo à Comissão, visto que é uma pessoa que é da área, e entende bem do assunto e poderia nos auxiliar para que, amanhã, nós pudéssemos nesta reunião, sabermos até onde avançou, se avançou ou não o Governo do Estado com relação à reivindicação das esposas dos policiais militares, visto, senhor Presidente, já se completar 30 dias, falta mais 30 e elas prometem nos próximos 30 dias fechar os quartéis novamente.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Antes de votarmos o requerimento da pauta, quero novamente convidar todos os líderes partidários com assento nesta Casa, para a reunião amanhã, às 8h30min, na Sala da Presidência, quando será discutida a pauta de amanhã e de quinta-feira, quando estaremos encerrando o nosso período legislativo.

Sobre a mesa, requerimento nº 2164, de autoria do senhor deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

A Mesa solicita dos senhores deputados que tiverem disponibilidade, comparecerem à Comissão de Investigação sobre a Sanepar, presidida pelo deputado Neivo Beraldin, logo após o encerramento desta Sessão.

O SR. LUIZ C. ALBORGHETTI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, como vice-presidente do PPB, indico para a Comissão de Telefonia, o deputado Tiago Amorim e Luiz Accorsi. Conversei com o líder e como vice-líder eu já fui autorizado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para quarta-feira, dia 27, para logo após o término da Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 172, 182, 061, 203 e 219/2001.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 015/2001.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 132 e 393/2000; 160, 194, 260, 261, 268 e 269/2001.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 025, 200, 202 e 229/2001.

Levanta-se a Sessão.

Atos da Comissão Executiva:

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 001/2001

Art. 1º - Ficam extintos, a partir de 1º de janeiro de 2001, os cargos regidos pela Consolidação das Leis do

Trabalho (CLT), da Administração desta Assembléia Legislativa.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 002/2001

exonerar, a pedido, os funcionários abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão, junto ao Gabinete da Liderança do PSC, a partir de 1º de janeiro de 2001, conforme especifica:

DAS-5: JOÃO EVANGELISTA GUIMARÃES NETO

DAS-5: JOSUÉ TONINI

1GP-5: ROBERTO MARTINS GUIMARÃES

1GP-4: SÔNIA MARIA DA SILVA

1GP-3: JOSÉ FERREIRA DA SILVA

1GP-2: DENILCE INÊS CAPELETO GUIMARÃES

1GP-2: ZILDA RUÍSS RODRIGUES

1GP-1: ALICE SOARES DA SILVA

AGP-1: JAIR FERREIRA DA SILVA

AGP-1: MARLI VELOSO DE OLIVEIRA

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 003/2001

I - exonerar, a pedido, MARIA IVONE TAVARES SODRÉ, do cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de janeiro de 2001;

II - exonerar, a pedido, CLEBERSON GOEDERT, do cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de janeiro de 2001;

III - prover, POLIANA CAVAGLIERI SALDANHA DOS ANJOS, para exercer o cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de janeiro de 2001;

IV - exonerar, a pedido, PAULO RÚBIO, do cargo em Comissão, junto ao Gabinete do deputado Sérgio Spada, a partir de 1º de janeiro de 2001;

V - exonerar, a pedido, NELSON MARGUENROTE DE MEIRA, do cargo em Comissão, junto ao Gabinete do deputado Sérgio Spada, a partir de 1º de janeiro de 2001;

VI - prover, CLEBERSON GOEDERT, para exercer cargos em Comissão, junto ao Gabinete do deputado Sérgio Spada, a partir de 1º de janeiro de 2001;

(Prot. nºs 11910 e 11911/2000)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 004/2001

I - exonerar, a pedido, LUIZ CARLOS DE SOUZA PINTO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do Gabinete do deputado Waldyr Pugliesi, a partir de 1º de janeiro de 2001;

II - prover, FRANCISCO XAVIER BORGES RESENDE, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do Gabinete do deputado Waldyr Pugliesi, a partir de 1º de janeiro de 2001;

(Prot. nº 12010/2001)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 005/2001

exonerar, a pedido, os funcionários abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão, junto ao Gabinete do deputado Edgar Bueno, a partir de 1º de janeiro de 2001, conforme especifica:

DAS-2: VITÓRIO CZAICA

DAS-5: DELSO JOSÉ TRENTIN

1GP-2: JAIR JÃO BORDIGNON

1GP-2: HELENA APARECIDA MACEDO

1GP-1: DELMO LUIZ DE OLIVEIRA CARVALHO

1GP-1: MARCOS RODRIGO MOREIRA

REGINA MARIA SPERANÇA

REGINA CONCEIÇÃO HIROMI LUCHETTA

MICHELINA BUENO

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 006/2001

exonerar, a pedido, os funcionários abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão, junto ao Gabinete do deputado Pérciles de Holleben Mello, a partir de 1º de janeiro de 2001, conforme especifica:

DAS-2: SIMONE CIUNEK

DAS-5: DOUGLAS DE SOUZA MAYER

1GP-5: SERLY APARECIDA DE MATTOS

1GP-5: PABLO VALMIR ARRUDA PEREIRA

1GP-4: ROSANE SIZANOSKI

1GP-4: ROSÉLIA DE LOURDES RIBEIRO

1GP-3: VALDETE APARECIDA DE SOUZA

1GP-1: AIRTON MOREIRA DOS SANTOS

1GP-1: OSVALDO STAVSKI IANHAKI

CLARO WALTER DE SOUZA SANCHEZ

VIVIANI FÁTIMA BORTOLON

RAQUEL SIZANOSKI

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 007/2001

exonerar, a pedido, IDENILZA DE FÁTIMA BORGES DOS SANTOS, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do Gabinete da 1ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de janeiro de 2001.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 008/2001

I - exonerar, a pedido, JULIANO BATISTA FERREIRA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do Gabinete do deputado Tony Garcia, a partir de 1º de janeiro de 2001;

II - exonerar, a pedido, OMERI GOMES FERREIRA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do Gabinete do deputado Tony Garcia, a partir de 1º de janeiro de 2001;

III - prover, JULIANO BATISTA FERREIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do Gabinete do deputado Tony Garcia, a partir de 1º de janeiro de 2001;

IV - prover, RITA DE CÁSSIA VELOSO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do deputado Tony Garcia, a partir de 1º de janeiro de 2001;

V - prover, IRACI LAVORENTI MASSIAS, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do Gabinete do deputado Tony Garcia, a partir de 1º de janeiro de 2001;

VI - prover, DANIELLI PEDROSO SILVA, para exercer cargos em Comissão, símbolo 1GP-2, do Gabinete do deputado Tony Garcia, a partir de 1º de janeiro de 2001;

VII - prover, ERNESTO ROSSATO, para exercer cargos em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do deputado Tony Garcia, a partir de 1º de janeiro de 2001;

VIII - prover, REGIANE ZANATTA, para exercer cargos em Comissão, símbolo 1GP-2, do Gabinete do deputado Tony Garcia, a partir de 1º de janeiro de 2001;

(Prot. nº 003/2000)

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 02.01.2001.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 009/2001

I - exonerar, a pedido, SEBASTIÃO PALMA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da Liderança do PST, a partir de 1º de janeiro de 2001;

II - prover, PEDRO JOSÉ DE SÁ, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da Liderança do PST, a partir de 1º de janeiro de 2001, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Artigo 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

III - exonerar, a pedido, ELIANA PATRÍCIA MAGALHÃES SILVA PALMA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do Gabinete da Liderança do PST, a partir de 1º de janeiro de 2001;

IV - prover, SUELY CARDIN DE ROCO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do Gabinete da Liderança do PST, a partir de 1º de janeiro de 2001;

(Prot. nº 027/2001)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 010/2001

prover, PATRÍCIA CRISTINE TAKAYAMA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de janeiro de 2001, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Artigo 177, de Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 011/2001

exonerar, a pedido, os funcionários abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão, junto ao Gabi-

nete do deputado Beto Richa, a partir de 1º de janeiro de 2001, conforme especifica:

DAS-2: ROBSON TEIXEIRA

DAS-5: VERÔNICA DURAU

2GP-5: NATALINA DA CUNHA INÁCIO

1GP-4: EVANDRO TERRA

1GP-1: ROSALDO NEVES TEIXEIRA

1GP-1: HILÁRIO JACINTO INÁCIO

1GP-1: ALEANDRO CÉSAR DOS SANTOS

1GP-1: SÍLVIA CALCIOLARI

LUIZ ABI ANTOUN

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 03.01.2001.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 083/2001

I - prover, ELVIRA TEIXEIRA DE CARVALHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da 4ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de março de 2001, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Artigo 177, de Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

II - prover, JOÃO DOMINGUES DE ALMEIDA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da 4ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de março de 2001, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Artigo 177, de Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

III - prover, IRACEMA PRESTES DE FARIA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da 4ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de março de 2001, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Artigo 177, de Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

IV - prover, MARCOS ROBERTO RUIZ GUIMARÃES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, do Gabinete da 4ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de março de 2001, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Artigo 177, de Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

(Prot. nº 1522/2001)

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.03.2001.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 129/2001

I - exonerar, a pedido, os servidores abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão, junto ao Gabinete da Liderança do PSL, a partir de 1º de março de 2001, conforme especifica:

DAS-5: ANTONIO ANGELO SANFELICE
DAS-5: JORGE GONÇALVES MARTINS
1GP-5: FERNANDA PALMEZANI DA VEIGA
1GP-5: ABIMAEEL GARCIA
1GP-4: JOÃO ERALDO DA SILVA FREITAS
1GP-3: JOSÉ EDIL ANDRADE
1GP-1: NELSON GOMES FILHO
1GP-1: VANIR PIRES DE FREITAS
1GP-2: UMBERTO LUIZ SANFELICE

(Prot. nº 2508/2001)

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 19.03.2001.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 165/2001

I - exonerar, a pedido, MARCOS ROBERTO RUIZ GUIMARÃES, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, do Gabinete da 4ª Secretaria, a partir de 2 de abril de 2001;

II - prover, WILSON MARCELINO, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, do Gabinete da 4ª Secretaria, a partir de 2 de abril de 2001, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de tempo Integral e dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Artigo 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. nº 3102/2001)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 167/2001

I - exonerar, a pedido, FABIA CRISTINA ROMERO PACHECO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do Gabinete do deputado Edno Guimarães, a partir de 2 de abril de 2001;

II - prover, NELSON GOMES FILHO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do Gabinete do deputado Edno Guimarães, a partir de 2 de abril de 2001.

(Prot. nº 3403/2001)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 219/2001

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta da Resolução nº 64, de 17 de setembro de 1990, e Art. 33 § 1º, da Resolução nº 159/90, deste Poder,

R E S O L V E :

Art. 1º - Conceder aos servidores, efetivos e inativos, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, reajuste de 11,98% (onze ponto noventa e oito por cento), em seus vencimentos, a partir de 1º de maio de 2001;

Art. 2º - Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 17.05.2001.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

VALDIR ROSSINI - 1º Secretário

ANTONIO ANIBELLI - 2º Secretário

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE ORÇAMENTO 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de junho de 2001, reuniu-se na sala de Reunião do Orçamento, a Comissão de Orçamento, sob a presidência do senhor deputado Cezar Silvestri, com as presenças dos senhores deputados Hermes Fonseca, José Maria Ferreira, Nereu Moura e Durval Amaral membros da Comissão. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião para discussão do Projeto de Lei nº 135/2001, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 2002, de que trata a Mensagem nº 12/2001. Tendo as disposições 101/2000 LRF foram apresentadas vinte e duas (22) emendas das quais foram acolhidas doze (12) emendas e dez (10) rejeitadas. Relator deputado Durval Amaral, e os demais membros deram parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente agradeceu a presença dos senhores deputados e encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente e por mim, Ana Beatriz S. do Prado secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) CEZAR SILVESTRI - Presidente

Ana Beatriz S. do Prado - Secretária